

# Relatório de Gestão

---

## 2024

SECRETARIA DE  
MEIO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE



GOVERNO DO  
**PARÁ**

**Governador do Estado do Pará**

Helder Zahluth Barbalho

**Vice-governadora do Estado do Pará**

Hana Ghassan Tuma

**Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade**

Raul Protázio Romão

**Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental - SAGRA**

Rodolpho Zahluth Bastos

**Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias - SAGAT**

Lilia Márcia Ramos Reis

**Secretária Adjunta de Gestão de Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas - SAGRH**

Renata Ribeiro Souza Nobre

**Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV**

Camille Bendahan Bemerguy

**Chefia de Gabinete - GAB**

Diana Castro

**Diretoria de Gestão Agrossilvipastoril - DGFLOR**

Luiz Andre Cordeiro Absolão

**Diretoria de Ordenamento, Educação e Descentralização da Gestão Ambiental - DIORED**

Karline Alves Holanda Sales

**Diretoria de Geotecnologias - DIGEO**

Maximira Costa da Silva

**Diretoria de Licenciamento Ambiental - DLA**

Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves

**Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DGAF**

Rildo Antônio Marçal Caldas

**Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI**

Carla Alessandra Lima Reis

**Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos - DIREH**

Luciene Mota de Leão Chaves

**Diretoria de Bioeconomia, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais - DIMUC**

Indara Martins Aguiar Roumié

**Diretoria de Fiscalização Ambiental - DIFISC**

Tobias Brancher

**Diretoria de Gestão dos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental - DINURE**

Elisama Cancio Moreira

**Diretoria de Gestão Socioeconômica - DGSocio**

Haydée Márcia de Souza Marinho

**Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos - DPC**

Brenda Melise Morbach Paredes Hachem

**Comitê de Monitoramento e Planejamento Estratégico para Fiscalização - CFISC**

Jakeline da Silva Viana

**Consultoria Jurídica - CONJUR**

Tátilla Brito Pamplona

**Corregedoria Ambiental - CORREG**

Hilario Milton da Silva Júnior

**Ouvidoria Ambiental - OUV**

Bruno Giovanni

**Núcleo de Controle Interno - NCI**

Ivone da Conceição Ferreira Coelho

**Núcleo de Estudos Legislativos - NEL**

Carolina Miralha

**Assessoria de Comunicação - ASCOM**

Igor Nascimento

**Assessoria Especial de Segurança e Inteligência Corporativa - AISC**

Raphael Tavares Macêdo de Sales

## SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO	6
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO 2024</b>	
APRESENTAÇÃO	7
SOBRE A SEMAS	7
CRIAÇÃO, MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	7
MISSÃO INSTITUCIONAL	7
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
PRINCIPAIS DESTAQUES 2024	9
<b>O QUE FIZEMOS EM 2024</b>	<b>10</b>
1. GOVERNANÇA PÚBLICA	12
1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
1.2 AÇÕES	12
1.2.1 Capacitação de Agentes Públicos	12
1.2.2 Construção de Imóveis Públicos Estaduais	13
1.2.3 Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	16
1.2.4 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	17
2. MANUTENÇÃO DA GESTÃO	20
2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
2.2 AÇÕES	20
2.2.1 Abastecimento de unidades móveis do estado	20
2.2.2 Concessão de Auxílio Alimentação	20
2.2.3 Concessão de Auxílio Transporte	20
2.2.4 Operacionalização das Ações Administrativas	20
2.2.5 Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	20
3. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	20
3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
3.2 AÇÕES	22
3.2.1 Apoio aos Municípios para Gestão Ambiental e Sustentabilidade	22
3.2.2 Fiscalização Ambiental	22
3.2.3 Gestão da Política de Recursos Hídricos e Conservação de Rios	28
3.2.4 Gestão dos Territórios Costeiros	30
3.2.5 Implantação do Programa Pró-Rios	31
3.2.6 Licenciamento Ambiental	32
3.2.7 Monitoramento Ambiental	33
3.2.8 Promoção da Educação Ambiental	35
3.2.9 Regulariza Pará	37
3.2.10 Regularização Ambiental de Territórios Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais	

4. ECONOMIA SUSTENTÁVEL	42
4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42
4.2 AÇÕES	43
4.2.1 Construção do Sistema Jurisdicional do REDD+	43
4.2.2 Implantação do Parque da Bioeconomia e Inovação da Amazônia	47
4.2.3 Implementação do Plano de REcuperação da Vegetação Nativa	49
4.2.4 Incentivo à Prestação de Serviços Ambientais	50
4.2.5 Operação e Expansão do Programa Território Sustentável	53
4.2.6 Promoção da Bioeconomia	63
4.2.7 Rastreabilidade e Recondução Comercial Agropecuária	69
5. OUTRAS AÇÕES TRANSVERSAIS PARA A GESTÃO DE MEIO AMBIENTE	71
5.1 CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - COEMA	71
5.2 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS AMBIENTAIS (TRA)	71
5.3 AÇÕES DE CONCILIAÇÃO AMBIENTAL	72
5.4 CONTROLE INTERNO	72
5.5 CORREGEDORIA	73
5.6 CONSULTORIA JURÍDICA - CONJUR	73
5.7 GESTÃO SOCIOECONÔMICA DE PROJETOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	74
5.8 GESTÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE PROJETOS CORPORATIVOS	75
5.9 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	75

## MENSAGEM DO SECRETÁRIO



O ano que antecede a COP 30 no Pará foi marcado por conquistas históricas para o clima e o meio ambiente. Em 2024, o Pará ganhou destaque no Brasil e no mundo com os resultados que já vislumbrávamos ao implementar a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e o Plano Estadual Amazônia Agora, estratégias construídas a várias mãos, como deve ser, e que tem pavimentado o caminho para superarmos desafios históricos na Amazônia.

Neste ano, celebramos o início da nossa primeira transação de créditos de carbono, no âmbito do sistema jurisdicional de REDD+ que estamos construindo coletivamente. Assim, já estamos começando a transformar os resultados alcançados na redução do desmatamento em recursos para a manutenção da floresta viva, gerando benefícios para povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares, fazendo assim justiça aos seus esforços. A construção do sistema de REDD+ do Pará seguirá, em 2025, com a realização de consultas aos povos e comunidades tradicionais, em um processo inédito no país nessas proporções.

Além disso, também lançamos a primeira concessão para recuperação florestal do Brasil; alcançamos números importantes na redução do desmatamento, superando os índices registrados nos últimos anos; e avançamos nas ações do Plano de Bioeconomia, na implementação da política de Pagamento por Serviços Ambientais e com o programa Territórios Sustentáveis.

Por meio do programa Regulariza Pará, estamos avançando como nunca na análise e validação do Cadastro Ambiental Rural, na implementação dos Acordos de Pesca e na regularização ambiental em territórios coletivos. No licenciamento ambiental, priorizamos critérios de descarbonização, estabelecendo contrapartidas das empresas no apoio a políticas públicas estaduais. Contribuindo com o processo de transição energética, também avançamos com o plano de desativação de usinas termelétricas movidas a óleo diesel, visando reduzir emissões de carbono.

Um dos nossos maiores desafios é conciliar a produção e a sustentabilidade, estimulando a convivência harmoniosa das atividades do setor produtivo, geração de emprego e renda, segurança alimentar e o respeito ao meio ambiente. Com o programa Pecuária Sustentável já estamos fazendo isso. Este ano, aplicamos o primeiro brinco de identificação individual animal e desbloqueamos a venda de gado em áreas com recuperação ambiental, demonstrando que ser pioneiro é desafiador e que também não poderíamos ter escolhido outro caminho para uma carne livre de desmatamento.

Neste ano de 2025, em que os olhos do mundo estarão voltados para as ações do Pará, seguiremos fazendo o dever de casa e implementando soluções que, na prática, são o nosso passaporte para o futuro, sem deixar ninguém para trás.

Raul Protazio Romão

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

## **APRESENTAÇÃO**

O Relatório Institucional Semas 2024 reúne os principais avanços e realizações da agenda de meio ambiente e clima do Pará, apresentando os principais resultados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do ano e registrando as principais lições aprendidas e tudo o que esta trajetória foi capaz de entregar à coletividade até aqui.

Neste documento é possível observar o quanto as políticas públicas em construção e em implementação estão sendo desenvolvidas com grande aproximação entre a administração pública estadual e a sociedade civil, em especial povos e comunidades tradicionais, uma das marcas deste Governo. Órgãos públicos de diferentes esferas, lideranças da iniciativa privada, filantropos e sociedade em geral, do mais próximo e participativo cidadão na Capital ao mais distante paraense cuja qualidade de vida, vêm sendo influenciados pela nossa atuação e são corresponsáveis pelas principais entregas da SEMAS.

O conteúdo deste Relatório Institucional apresenta não somente a consolidação das principais entregas e resultados alcançados pela SEMAS no ano de 2024 como se oferece como relevante ferramenta do controle social das políticas públicas, além de colocar um farol nas principais ações previstas para 2025.

## **CRIAÇÃO, MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS foi criada em 11 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº. 5.457, inicialmente denominada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM. No início dos anos de 1990, o órgão foi reorganizado pela Lei Estadual nº. 5.752, de 26 de julho de 1993. Em 30 de julho de 2007, pela Lei Estadual nº. 7026, teve o conjunto de atribuições da área ambiental desmembrado de Ciência & Tecnologia, compreendendo apenas a pasta de Meio Ambiente e passando a ter a denominação atual.

### **MISSÃO INSTITUCIONAL**

Promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Coordenar as políticas públicas correlata aos temas de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Estado do Pará;

- Coordenar as ações estatais no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA;
- Preservação da diversidade biológica e uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de utilização dos recursos naturais, assim como a conservação dos ecossistemas no Estado do Pará;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- Garantir a proteção da biodiversidade e dos espaços territoriais com características relevantes no Estado do Pará;
- Ordenar o uso múltiplo das águas tendo como unidade de planejamento a bacia hidrográfica e as águas subterrâneas;
- Regular, normatizar e coordenar os procedimentos de licenciamento ambiental;
- Desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental;
- Atuar para mitigar os impactos decorrentes da atividade humana sobre o ambiente e, no que for possível, promover a recuperação e a restauração direta e indireta de áreas com depleção de fauna e flora;
- Fortalecer o processo de desconcentração e descentralização da gestão ambiental, em atenção à competência constitucional concorrente em matéria ambiental e à Lei Complementar nº. 140/2011;
- Prestar contas à sociedade na medida necessária para a preservação da integridade da pasta ambiental no Pará.

### PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2024

- Realização de 24 oficinas informativas acerca do Sistema Jurisdicional de Redd+ do Estado do Pará (SJREDD+).



Figura 1

- Expansão do Programa Territórios Sustentáveis (TS) e Execução do Programa Valoriza TS.



Figura 2

- Gestão de Territórios Costeiros - Ordenamento Territorial Pesqueiro em prol da Bioeconomia Ribeirinha.



Figura 3

- Expansão de ações de Regularização Ambiental de Territórios Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais.



Figura 4

- Painel de lançamento do edital de concessão da URTX na COP 29.



Figura 5

- Instalação do Datacenter.



Figura 6

O QUE FIZEMOS EM 2024

A execução orçamentária do Plano Plurianual (PPA), no período 2024-2027, envolve o acompanhamento e utilização dos recursos previstos no orçamento para alcance das metas estabelecidas.

Durante o ano de 2024 a SEMAS aprovou um orçamento de R\$ 1.022.908.701,00 (Um bilhão, vinte e dois milhões, novecentos e oito mil, setecentos e um reais), considerando as suplementações e reduções e tivemos um saldo de R\$ 5.935.341,09 (Cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e nove centavos) ficando um orçamento atualizado no valor de R\$ 1.028.844.042,09 (Um bilhão, vinte e oito milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quarenta e dois reais e nove centavos).

O orçamento da Semas se realiza em duas Unidades Gestoras: 270101 SEMAS e 270102 FEMA, 10 fontes de recurso, 04 (quatro) programas e 24 (vinte e quatro) ações, segue abaixo demonstrativo do orçamento:

Quadro 01: Orçamento da SEMAS

Programação Orçamentária			Execução Orçamentária	
Dotação Inicial	Suplementação/ Redução	Dotação Atualizada	Realizado	Dotação Disponível
1.022.908.701,00	5.935.341,09	1.028.844.042,09	168.212.888,61	860.631.153,48

Nos valores acima demonstrados estão contidas todas as fontes de recurso, independente da execução orçamentária.

Atualmente a secretaria conta com a execução do convênio Progestão da Agência Nacional das Águas - ANA, ainda em execução na ação de Gestão da Política de Recursos Hídricos e Conservação de Rios, além das ações previstas no PPA para serem executadas com recurso provenientes de operações de crédito, tais como: Bonds de sustentabilidade e Descarboniza Pará, os quais não foram realizados pois os projetos ainda estão em tramitação.

O bonds de sustentabilidade por exemplo, foi objeto de chamada pública que por sua vez, não houve nenhum candidato, o que possibilitou que fosse feito convite direto para as agências financeiras, no qual o Banco do Brasil aceitou e o memorando de intenção foi assinado por ocasião da COP 28, e todo detalhamento do projeto está previsto para ser realizado no ano de 2025.

Quanto ao recurso do Descarboniza Pará cujo financiador é o Banco interamericano de desenvolvimento- BID, na ordem de 300 milhões de dólares, já foram realizadas as minutas contratuais aprovadas e atualmente está em tramitação no governo federal, cujo desembolso está previsto para o ano de 2025 caso haja disponibilidade de espaço fiscal.

Quadro 02: Demonstrativo por fonte de recurso

Nome Fonte Recurso	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível
Recursos não Vinculados de Impostos	118.169.630,00	12.739.016,07	10.200.137,63	2.538.878,44
Outros Recursos não Vinculados	-	84.545.317,36	83.970.160,68	575.156,68
Recursos não Vinculados de Impostos	-	11.726.967,67	11.725.436,67	1.531,00
Outras Transf de Conv ou Instrumentos Congêne	15.332.104,00	12.374.855,40	5.316.534,77	7.058.320,63
Recursos de Operações de Crédito	845.608.255,00	845.608.255,00	-	845.608.255,00
Outras Transf de Conv ou Instrumentos Congêne	-	2.455.843,59	1.753.096,91	702.746,68
Outros Recursos Vinculados	-	1.039.960,00	1.039.960,00	-
Recursos Vinculados a Fundos	-	43.698.996,00	38.186.110,10	5.512.885,90
Recursos Vinculados a Fundos	-	16.632.650,00	16.021.451,85	611.198,15

O quadro acima apresenta a composição orçamentária por fonte de recurso, onde podemos observar que o recurso proveniente de Operações de crédito compõe a maior parte do orçamento, ou seja, 82,00%, contudo, como as operações de crédito ainda não avançaram na assinatura dos contratos de empréstimo, algumas atividades que dependiam desses recursos ficaram com suas execuções comprometidas.

## 1. PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

### 1.1 Execução orçamentária

O Programa de Gestão Pública objetiva avaliar e modernizar a gestão estratégica do órgão, empoderando os servidores de conhecimento técnico e condições materiais para desenvolvimento de suas atividades.

Neste exercício 2024, foram realizados cursos e eventos voltados aos servidores visando sua qualificação e aperfeiçoamento na área de meio ambiente, e na modernização da gestão dando melhores condições de trabalho e governabilidade nos objetivos propostos pela administração. Foi destinado para ação a Governança Pública dotação orçamentária atualizada de R\$4.336.465,00, (Quatro milhões trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) tendo sido realizados R\$3.813.271,38 (Três milhões, oitocentos e treze mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), correspondente a 87,92%.

Quadro 03: Execução orçamentária do Programa Governança Pública

Nome Proj-Atividade	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível
Capacitação de Servidores Públicos	1.251.465,00	950.803,49	300.661,51
Construção de Imóveis Públicos Estaduais	3.085.000,00	2.862.467,89	222.532,11
<b>Total</b>	<b>4.336.465,00</b>	<b>3.813.271,38</b>	<b>523.193,62</b>

### 1.2 Ações

#### 1.2.1 Capacitação de Agentes Públicos

A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF) da SEMAS dedicou atenção significativa às ações voltadas aos recursos humanos, evidenciando seu compromisso com o desenvolvimento e bem-estar dos servidores. No âmbito dos cursos de capacitação, foram capacitados 1.173 servidores.

Os cursos foram:

Excel Básico; Libras; Estatística; Oratória; Redação Oficial; Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS; Excelência em Atendimento ao Público; Secretariado Executivo; Contabilidade Pública; Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil - MROSC; Gestão de Projetos Mód. 1; Comunicação 360°: Aperfeiçoamento de Comunicadores e Porta-Vozes; Técnica Legislativa; Punitivos; Política Pública Ambiental; Diretrizes do PEAA; Objetivos PEAA; Lei 14.133/2021 - Licitações e Contratos; Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis; PAE 4.0 - SEPLAD; Curso de formação para Agente de Fiscalização Ambiental; Curso de Brigadista/Gerenciamento de Risco de Incêndio; Mini Curso: Cultura De Paz E Desempenho Institucional e Operação de Drones.

### 1.2.2 Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

Em 2024, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade deu um passo significativo para modernizar e fortalecer sua infraestrutura, visando otimizar suas operações e melhorar o desempenho no atendimento às demandas ambientais e sociais. Com uma série de investimentos estratégicos, a SEMAS não apenas renovou suas instalações, mas também aprimorou suas capacidades operacionais, garantindo uma gestão mais eficiente e sustentável.

Com relação a revitalização das instalações da SEDE LOMAS, a Secretaria destinou cerca de R\$ 1.500.000,00 para realizar melhorias significativas em todos os andares e no prédio anexo, proporcionando um espaço mais moderno, confortável e seguro. Além disso, a fachada do prédio foi revitalizada com um investimento aproximado de R\$ 255.000,00, conferindo uma aparência mais moderna e representativa da importância da SEMAS no cenário estadual.

Além disso, a SEMAS realizou a instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) na SEDE LOMAS, com um investimento aproximado de R\$ 170.000,00. A ETE é uma importante iniciativa para garantir a gestão ambiental adequada, tratando efluentes de forma eficiente, em conformidade com as melhores práticas de sustentabilidade.

Um dos maiores projetos foi a entrega do novo Centro de Treinamento da SEMAS, com um investimento de aproximadamente R\$ 1.500.000,00 para equipar o novo espaço, além de R\$ 550.000,00 para a construção de novas instalações. Essas melhorias foram essenciais para oferecer um ambiente de aprendizado mais moderno e funcional, onde servidores e profissionais poderão receber capacitação técnica de alta qualidade.

• Instalação de ETE na Sede da SEMAS



Figura 7

• Centro de Treinamento da SEMAS



Figura 8

Dentre as realizações de infraestrutura destaca-se também a entrega do prédio da SEMAS Bosque. Com a nova sede, a SEMAS ganha um espaço moderno e adequado, que não apenas melhora as condições de trabalho dos servidores, mas também fortalece a capacidade de implementação de políticas públicas voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A SEMAS também focou na melhoria das suas Unidades Regionais, com investimentos de R\$ 210.000,00 para revitalização das áreas internas e externas da NURE Altamira, e cerca de R\$ 400.000,00 para as equipar e revitalizar a nova unidade da NURE Redenção. Essas melhorias visam aprimorar a infraestrutura das unidades regionais, garantindo maior funcionalidade e condições adequadas para os servidores que atuam nas diversas frentes de preservação ambiental.

Em relação à mobilidade e à eficiência operacional, a SEMAS adquiriu 15 novos veículos, com um investimento de R\$ 4.700.000,00. Esses veículos são essenciais para a fiscalização, monitoramento e ações de campo, permitindo à Secretaria maior agilidade e capacidade de resposta na realização de suas atividades ambientais e de fiscalização. Além disso, a renovação da frota inclui 4 caminhões destinados ao atendimento no interior, ampliando a atuação da SEMAS em áreas remotas e de difícil acesso. Com esse reforço, a Secretaria consegue atuar de maneira mais eficiente e eficaz, garantindo uma gestão ambiental mais próxima das comunidades e uma fiscalização mais abrangente e rigorosa.

Finalmente, a SEMAS investiu R\$ 180.000,00 na construção e no equipamento de uma nova sala de situação na SEMAS Bosque. Esse espaço, que integra tecnologia de ponta, tem como objetivo melhorar a gestão da informação e permitir tomadas de decisões mais rápidas e eficazes, facilitando a coordenação das ações da Secretaria.

Com esses investimentos, realizados ao longo de 2024, a SEMAS não só modernizou sua estrutura e aumentou a eficiência de suas operações, como também reforçou seu compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental. Essas melhorias visam fortalecer o trabalho da Secretaria, garantindo melhores condições para seus servidores e ampliando sua capacidade de atuação em prol de um meio ambiente mais equilibrado e sustentável para as futuras gerações.

Além disso, a DGAF coordenou eventos de integração e bem-estar, como: Janeiro Branco, Conhecendo suas Virtudes, Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Autismo - Valorize as Capacidades e Respeite os Limites, Violência de Gênero e Assédio, Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio.

Doação de sangue na SEDE SEMAS, uma campanha de doação voluntária de sangue, a fim de abastecer o estoque da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará (Hemopa).

Os jogos internos da SEMAS foram realizados no período de 31 de novembro a 01 de Dezembro, visando estimular os servidores a prática esportiva e recreativa, favorecendo o conagraçamento entre os servidores de diversos setores. As inscrições foram realizadas mediante a entrega de alimentos para doação.

- Campanha de Doação de Sangue em parceria com o Hemopa



Figura 9

- Jogos internos da SEMAS

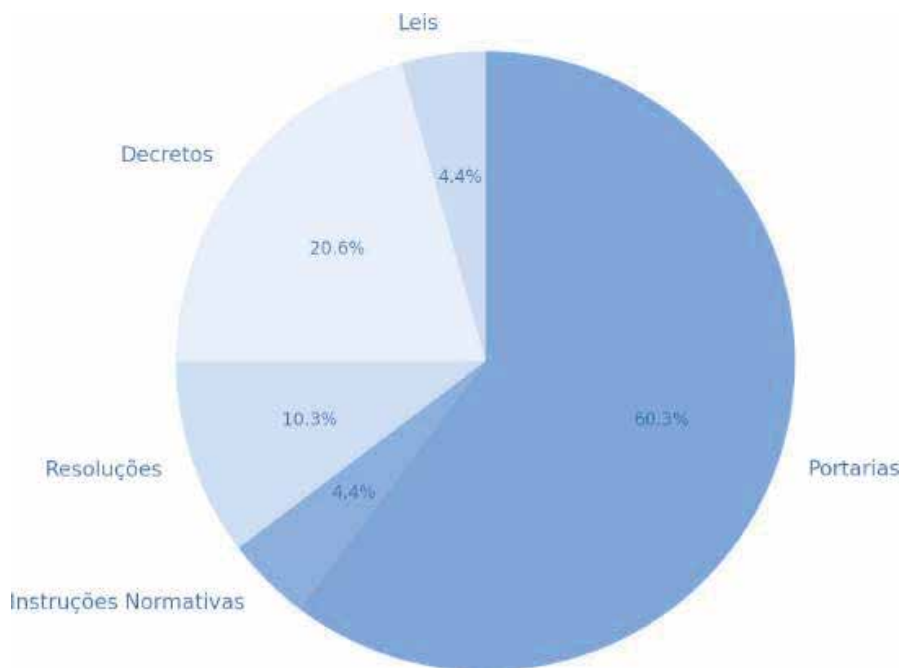


Figura 10

### 1.2.3 Edição e Publicação de Atos da Administração Pública

No ano de 2024, o Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) desenvolveu suas competências institucionais, tendo, como a edição de atos normativos no âmbito da SEMAS e dos órgãos colegiados, como, por exemplo, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima) e da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). No total foram publicados 68 (sessenta e oito) atos normativos, dentre os quais 3 (três) foram leis, 14 (quatorze) decretos, 7 (sete) resoluções, 3 (três) instruções normativas e 41 (quarenta e uma) portarias, representados no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição por categoria dos atos normativos publicados



Destaca-se, ainda, a gestão do Portal Legislativo da SEMAS, plataforma eletrônica que organiza e disponibiliza as normas estaduais de interesse da Secretaria para acesso público, sendo que o NEL é responsável pela formatação dos atos normativos, conforme as legislações federal e estadual em vigor, bem como suas alterações, compilações e revogações.

Dentre os atos normativos de maior relevância em 2024, destaca-se a **Lei Estadual nº 10.750, de 31 de outubro de 2024** que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e visa estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável no Pará. Essa Lei considera a conservação e valorização dos ativos ambientais, o aumento da eficiência das cadeias produtivas e das condições socioambientais no campo. Ressalta-se que a construção desse ato normativo envolveu um Grupo de Trabalho com servidores da SEMAS.

#### 1.2.4 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), responsável pelas demandas de tecnologia da SEMAS, conta com 66 servidores que juntos apresentam inúmeras entregas executadas no ano de 2024 em parceria com os setores da Semas e parceiros institucionais visando atingir seus objetivos e contribuir com a aceleração do processo de transformação digital da Secretaria.

A equipe realizou atividades de suporte técnico em informática, desenvolvimento de sistemas, tratamento e visualização de dados, administração de redes e serviços, aquisição e tratamento de material e serviços de TI, elaboração de projetos e acompanhamento ativo das diversas parcerias da SEMAS que envolvem tecnologia da informação.

Uma das ações destaque foi a implantação do novo Datacenter para atender a importante demanda de disponibilidade dos serviços tecnológicos da SEMAS através de segurança física dos equipamentos, refrigeração, redundância de energia e monitoramento constante da estrutura. O datacenter container foi implantado no lote 33 do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá em julho de 2024. Foi adquirido através de projeto executado pelo Fundo da Amazônia Oriental (FAO) a partir de TAC com Ministério Público Federal e recursos de multas ambientais com investimentos da ordem de 6 milhões de reais. À DTI coube a gestão da aquisição e do projeto da estrutura, gerenciamento entre os envolvidos para o projeto, tais como, provedor de internet, provedor de energia elétrica, aluguel do terreno para hospedagem e principalmente a gestão do MOVING, que consiste na etapa em que os equipamentos do datacenter antigo Semas seriam movidos fisicamente para o novo container. Isso demandou projeto técnico, testes, articulações para desligamentos dos sistemas em períodos programados, gestão de fornecedores para cada etapa e gestão das atividades técnicas, com desligamento, transporte dos equipamentos e religamento em novo ambiente.

A mudança do DataCenter da Semas trouxe benefícios significativos, impactando positivamente a eficiência operacional, a segurança da informação e a continuidade dos serviços públicos. Com maior controle sobre os dados e sistemas críticos, a segurança foi aprimorada.

- Mudança do Data Center.



Figura 11

- Mudança do Data Center.



Figura 12

- Datacenter implantado no PCT Guamá



Figura 13

- Datacenter implantado no PCT Guamá



Figura 14

Além disso, a equipe de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (DTI) da SEMAS entregou 42 novas demandas de sistemas, incluindo o desenvolvimento de ferramentas importantes como:

1. SICOP - Sistema de Controle de Portarias
2. SICAV - Sistema de Controle de Acesso de Visitantes
3. Consulta Selo Verde - Sistema para consulta de selo verde
4. InforFB - Sistema de consulta de CPF e CNPJ
5. Sistema de consulta de livros da biblioteca da SEMAS
6. APIs para o SIMLAM - Integração e download de arquivos
7. Sistema para integração com o software dos Correios

Além disso, a equipe se dedicou à atualização e melhorias de diversos sistemas já existentes, garantindo sua funcionalidade e adaptabilidade às novas necessidades. Entre os sistemas atualizados, destacam-se:

- SICOP e SICAV, que foram aprimorados para oferecer mais eficiência no controle de portarias e acesso de visitantes.
- Site da SEMAS e Portal do REDD+, que passaram por modificações para melhorar a transparência e a comunicação com o público.
- Portal da Transparência, Intranet, GETRAN, SISRH, SIMLAM, SISFLORA, SICAR, Sistemas de fiscalização e de gestão de recursos hídricos.

Além do trabalho interno de desenvolvimento, também foram entregues 24 demandas por empresas terceirizadas, que contribuíram com sistemas importantes, como o Aplicativo Semas, Sislam, Sisflora, entre outros. Trata-se de um grande diferencial para os anos anteriores, quando eram feitos apenas pequenos ajustes em sistemas já existentes. **Em 2023 foram entregues 14 demandas** de sistemas, o que demonstra o avanço em termos de produtividade baseado em estratégias de gestão e processos. A seguir o painel das demandas concluídas em 2024.

A SEMAS também avançou na organização e otimização do fluxo de desenvolvimento de sistemas, incluindo a criação e configuração de servidores de Produção, Homologação e Desenvolvimento, essenciais para garantir a estabilidade e a segurança operacional dos sistemas da Secretaria.

Entre outras ações importantes, a equipe de TI também se dedicou à instalação e configuração de telefones VOIPs, configuração de kits Starlink para garantir conectividade em locais remotos e ao planejamento e acompanhamento da mudança dos equipamentos de TI para o novo datacenter no PCT Guamá. Além disso, houve a implementação de ferramentas de segurança da informação, como Tenable, Trend Micro, CyberArk, Netskope e MDR, que são fundamentais para proteger dados e sistemas contra ameaças cibernéticas.

Por fim, o processo de mudança de layout de setores e o cabeamento estruturado da NURE de Altamira, bem como a mudança de prédio e infraestrutura da NURE de Redenção, também foram realizados para melhorar a capacidade de operação e otimizar o uso dos espaços e recursos. Essas ações refletem o compromisso da SEMAS com a modernização da infraestrutura tecnológica, a melhoria da segurança da informação e o desenvolvimento de soluções inovadoras para atender às demandas da sociedade e do meio ambiente de forma mais eficiente e integrada.

## 2. PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

### 2.1 Execução orçamentária

O programa Manutenção da Gestão foi executado quase em sua totalidade das suas ações planejadas, além de despesas de pessoal nela toda manutenção da gestão no sentido de garantir que as atividades finalísticas sejam realizadas, ou seja, essa atividade meio garante o êxito para o fim a que a secretaria se propõe. No PPA 2024-2027, a SEMAS planejou uma dotação inicial de R\$ 267.032.941,50, tendo sido empenhado R\$154.771.821,08.

Quadro 04: Execução orçamentária do Programa Manutenção da Gestão

Nome Proj-Atividade	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	1.938.995,00	1.854.206,94	84.788,06
Operacionalização das Ações Administrativas	182.088.263,31	70.478.208,82	111.610.054,49
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	64.383.002,44	64.087.476,02	295.526,42
Concessão de Auxílio Alimentação	17.251.140,21	17.215.250,39	35.889,82
Concessão de Auxílio Transporte	1.371.540,54	1.136.678,91	234.861,63
<b>Total</b>	<b>267.032.941,50</b>	<b>154.771.821,08</b>	<b>112.261.120,42</b>

A SEMAS possui, ainda, no seu orçamento dois programas finalísticos onde são realizadas suas atividades:

- Programa Economia Sustentável;
- Programa Gestão Sócio Ambiental e Ordenamento Territorial Sustentável

## 3. PROGRAMA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

As atividades realizadas em 2024 encontram-se alicerçadas no PPA 2024-2027, no Programa temático "Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável", com objetivo de "Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais" e com o objetivo de "Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental".

As atividades da SEMAS tem impacto nos 144 municípios paraenses, alcançando um público atendido pertencentes a diversas categorias, por exemplo, estudantes (crianças e adolescentes), comunitários (jovens e idosos), servidores públicos (federal, estadual e municipal), comunidades tradicionais e consultores.

3.1. Execução orçamentária

Quadro 05: Execução orçamentária do Programa de Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável

Nome Proj-Atividade	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível
Apoio aos Municípios para Gestão Ambiental e Sustentabilidade	65.777.169,00	299.592,47	65.477.576,53
Fiscalização Ambiental	72.816.700,00	2.477.571,95	70.339.128,05
Gestão da Política de Recursos Hídricos e Conservação de Rios	5.645.723,59	2.499.384,28	3.146.339,31
Gestão dos Territórios Costeiros	25.581.140,00	145.113,47	25.436.026,53
Promoção da Educação Ambiental	13.249.754,00	133.850,87	13.115.903,13
Licenciamento Ambiental	17.878.415,00	1.310.707,54	16.567.707,46
Monitoramento Ambiental	65.755.652,00	1.698.845,38	64.056.806,62
Regulariza Pará	20.226.000,00	247.996,86	19.978.003,14
Regularização Ambiental de Territórios Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais	12.641.991,00	78.840,64	12.563.150,36
Implantação do Programa Pro-Rios	253.470,00	3.088,40	250.381,60
<b>Total</b>	<b>299.826.014,59</b>	<b>8.894.991,86</b>	<b>290.931.022,73</b>

## 3.2 Ações

### 3.2.1 Apoio aos Municípios para Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Ao longo de 2024 a SEMAS por meio de sua Diretoria de Ordenamento, Educação e da Descentralização da Gestão Ambiental (DIORED) desenvolveu ações de apoio para gestão ambiental e sustentabilidade em 20 municípios, sendo municípios e quantidade de ações respectivamente listados os seguintes: Altamira (1). Aurora do Pará (1). Belém (5). Cametá (1). Canaã dos Carajás (1). Capanema (1). Castanhal (1). Itaituba (1). Mãe do Rio (1). Magalhães Barata (1). Marabá (1). Novo Repartimento (1). Portel (1). Prainha (1). Santa Maria das Barreiras (1). Santana do Araguaia (1). Santarém (1). Santo Antônio do Tauá (1). São Félix do Xingu (1). Viseu (1).

Ademais, destaca-se que a SEMAS por meio da DIORED integralmente articulou e apoiou a realização das Conferências Municipais de Meio Ambiente, no formato regional, com intuito de consolidar a etapa preparatória para a Conferência Estadual de Meio Ambiente que será realizada no ano de 2025. As Conferências Municipais de Meio Ambiente em formato regional foram realizadas nas regiões de integração seguintes: Carajás, Marajó (Marajó Oriental), Guajará, Araguaia, Tapajós e Xingu.

### 3.2.2 Fiscalização Ambiental

A Semas através da Diretoria de Fiscalização Ambiental- DIFISC possui a incumbência de realizar ações de fiscalização ambiental em combate a ilícitos ambientais, bem como realiza ações de fiscalização em atividades e empreendimentos potencialmente poluidores e degradadores para garantir o cumprimento da legislação ambiental vigente. Atua também na proteção da Fauna e da Flora em todo o Estado do Pará.

No ano de 2024, através da Operação Amazônia Viva, que tem por objetivo combater o desmatamento ilegal nos municípios considerados críticos no Estado do Pará, foram realizadas 11 fases da operação, divididas em 22 frentes. A operação visa atender alvos pontuais detectados pela Coordenadoria de Monitoramento Ambiental- CFISC de forma volante, atendendo assim vários municípios no Estado.

Segue abaixo o balanço total até novembro de 2024:

Quadro 06: Balanço das Ações realizadas na Operação Amazônia Viva

MUNICÍPIOS	OPERAÇÃO AMAZÔNIA VIVA	
	DADOS COLETADOS DE 01/01/2024 A 30/11/2024	TOTAL
São Félix do Xingu, Altamira, Santarém, Medicilândia, Prainha, Uruará, Placas, Pacajá, Novo Progresso, Belterra, Mojuí dos Campos, Portel, Anapú, Rurópolis, Itaituba, Senador José Porfírio, Mojú, Tailândia, Paragominas, e Novo Repartimento.	Auto de infração	148
	Termo de embargo	45
	Termo de apreensão	124
	Termo de depósito	84
	Termo de apreensão e depósito	15
	Termo de inutilização	65
	Termo de interdição	6
	Termo de notificação	28
	Valor total de multas	R\$ 19.252.701,39
	Acampamentos destruídos	27
	Maquinário apreendido	47
	Maquinário depositado	25
	Maquinário inutilizado	28
	Equipamento apreendido	354
	Equipamento depositado	181
	Produto florestal apreendido m³	2.693,43
Produto florestal depositado m³	739,80	
Produto florestal inutilizado m³	1.948,47	
Área embargada (ha) desmatamento e garimpo	8.851,13	

Além das Operações Amazônia Viva, os resultados da operação Curupira apresentaram resultados significativos que demonstram a presença eficiente e bem articulada do Estado no combate aos ilícitos ambientais. A operação que conta com 3 (três) bases fixas, implantadas: São Félix, Uruará e Novo Progresso, apresentaram os dados abaixo:

Quadro 07: Balanço das Ações realizadas na Operação Curupira

MUNICÍPIOS	OPERAÇÃO CURUPIRA	
	DADOS COLETADOS DE 01/01/2024 A 30/11/2024	TOTAL
São Félix do Xingú, Altamira, Uruará, Novo Progresso, Itaituba.	Auto de infração	221
	Termo de embargo	62
	Termo de apreensão	236
	Termo de depósito	137
	Termo de apreensão e depósito	25

MUNICÍPIOS	OPERAÇÃO CURUPIRA	
	DADOS COLETADOS DE 01/01/2024 A 30/11/2024	TOTAL
	Termo de inutilização	144
	Termo de interdição	24
	Termo de notificação	51
	Valor total de multas	R\$ 55.862.871,19
	Garimpos	4
	Acampamentos destruídos	60
	Maquinário apreendido	91
	Maquinário depositado	22
	Maquinário inutilizado	65
	Equipamento apreendido	433
	Equipamento depositado	306
	Produto florestal apreendido m <sup>3</sup>	6.957,89
	Produto florestal inutilizado m <sup>3</sup>	6.067,85
	Área embargada (ha) desmatamento e garimpo	31.074,43

• Operação Amazônia Viva



Figura 15

• Operação Curupira



Figura 16

Além das Operações supracitadas, a Diretoria de Fiscalização Ambiental realizou 6 campanhas de fiscalização em Barragens no ano de 2024 em conjunto com a CFISC, através do PROGESTÃO - CICLO II junto à Agência Nacional de Águas, contemplando os seguintes municípios: Altamira, Medicilândia, Uruará, Benevides, Castanhal, Peixe-Boi, Marabá, Parauapebas, Santa Maria das

Barreiras, Tucumã, Rio Maria, Redenção, São Félix do Xingu, Tomé-Açu, Acará, Tailândia, Baião, Moju, Bujaru, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim, Itaituba, Alenquer.

Quadro 08: Balanço Resumo da operação de Barragens

MUNICÍPIOS	OPERAÇÃO DE BARRAGEM 2024	
	DADOS COLETADOS DE 01/01/2024 A 10/12/2024	TOTAL
Altamira, Medicilândia, Uruará, Benevides, Castanhal, Peixe-Boi, Marabá, Parauapebas, Santa Maria das Barreiras, Tucumã, Rio Maria, Redenção, São Félix do Xingu, Tomé-Açu, Acará, Tailândia, Baião, Moju, Bujaru, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim, Itaituba, Alenquer.	Auto de infração	8
	Notificações	38
	entrega voluntária	1
	Interdição	1
	Multas	R\$ 263.000,00
	Soltura	1

Até a presente data, foram lavrados um total de 1.523 autos de infrações. Este número é indicativo da intensidade e efetividade nos atendimentos de demandas. Essas autuações não se restringem apenas em lavraturas de procedimentos em campo, mas também, lavraturas na sede desta Secretaria, através de demandas internas.

A tabela abaixo oferece uma visão geográfica das autuações, destacando a distribuição do procedimento administrativo (auto de infração) lavrado em diferentes regiões do estado do Pará, apresentados por tipo de infração, podendo ser: Fauna, flora, pesca e poluição/degradação no geral, como mostra a seguir:

Quadro 09: Quantitativo de Autos de Infração emitidos no ano de 2024

QUANTITATIVOS DE AUTOS DE INFRAÇÕES ATÉ 16/12/2024						
MUNICÍPIOS	FAUNA	FLORA	MINERAÇÃO	PESCA	POLUIÇÃO DEGRADAÇÃO	TOTAL
Acará	01	08	*	*	03	12
Água azul do norte	*	01	*	*	*	01
Alenquer	*	01	*	*	*	01
Almeirim	*	11	*	*	*	11
Altamira	*	115	09	*	10	134
Anajás	*	*	*	*	*	*
Ananindeua	10	3	*	*	16	29
Anapu	*	35	*	*	2	37
Augusto corrêa	*	*	*	*	*	*
Barcarena	*	02	*	*	13	15
Belém	18	14	1	1	21	56
Belterra	*	12	*	*	*	12
Benevides	01	03	*	01	02	07
Bom Jesus do Tocantins	*	01	*	*	*	01
Bragança	*	*	*	01	04	05
Breu Branco	*	*	*	*	05	05
Breves	*	09	*	*	*	09
Canaã dos Carajás	*	*	*	*	*	*
Capitão Poço	*	*	*	*	01	01
Castanhal	03	02	*	*	06	11
Conceição do Araguaia	*	02	*	*	01	03
Curionópolis	*	*	*	*	04	04
Curuá	*	01	*	*	*	01
Dom Eliseu	*	11	*	*	01	12
Eldorado dos Carajás	*	01	*	*	01	02
Floresta do Araguaia	*	*	*	*	*	*
Goianésia do Pará	*	02	*	01	*	03
Igarapé-açu	*	01	*	*	*	01

Igarapé-miri	*	04	*	*	*	04
Inhangapi	01	*	*	*	*	01
Ipixuna do Pará	*	07	*	*	04	11
Irituia	*	*	*	*	*	*
Itaituba	*	45	02	02	13	62
Jacareacanga	*	05	*	*	*	05
Jacundá	*	02	*	*	*	02
Juruti	*	15	*	*	*	15
Mãe do rio	1	*	*	*	*	1
Marabá	1	22	3	*	16	42
Marituba	1	4	*	1	6	12
Medicilândia	*	31	*	*	2	33
Mocajuba	*	16	*	*	*	16
Moju	*	38	*	*	3	41
Mojuí dos Campos	1	87	*	*	2	90
Monte alegre	*	1	*	1	*	2
Nova Ipixuna	*	1	*	*	3	4
Nova Timboteua	*	*	*	*	1	1
Novo Progresso	*	49	*	*	6	55
Novo Repartimento	1	4	1	*	*	6
Óbidos	*	3	*	*	*	3
Ourém	*	1	*	*	4	5
Pacajá	*	25	*	*	2	27
Paragominas	*	9	*	*	11	20
Parauapebas	*	*	3	*	6	9
Piçarra	*	2	*	*	*	2
Placas	1	78	*	*	*	79
Portel	*	14	*	*	1	15
Porto de Moz	*	33	*	*	*	33
Prainha	*	27	*	*	*	27
Quatipuru	*	*	*	*	3	3
Redenção	*	*	*	*	3	3
Rio Maria	*	*	*	*	2	
Rondon do Pará	*	11	*	*	1	12
Rurópolis	*	13	*	*	1	14
Salinópolis	*	*	*	1	1	
Santa Bárbara do Pará	*	2	*	*	*	2
Santa Isabel do Pará	*	*	*	1	*	1

Santa Maria das barreiras	*	2	*	*	6	8
Santa Maria do Pará	*	*	*	*	2	2
Santana do Araguaia	*	1	*	*	*	1
Santarém	2	37	*	*	19	58
Santo Antônio do Tauá	01	*	*	*	01	02
São Caetano de Odivelas	*	02	01	*	*	03
São Domingos do Araguaia	*	01	*	*	*	01
São Félix do Xingu	*	150	02	*	04	156
Sapucaia	*	*	*	*	*	*
Senador José Porfírio	*	13	*	*	03	16
Tailândia	*	14	*	*	03	17
Terra Alta	*	*	*	*	*	*
Terra Santa	*	*	*	*	*	*
Tomé-Açu	03	13	*	*	01	17
Tracuateua	*	*	*	*	*	*
Trairão	01	27	*	*	02	29
Tucumã	*	*	*	*	02	02
Tucuruí	01	03	*	*	*	04
Ulianópolis	*	03	*	*	*	03
Uruará	04	137	*	*	09	150
Viseu	*	04	*	*	01	05
Vitória do Xingu	*	14	*	*	*	14
Xinguara	*	*	*	*	04	04
<b>TOTAL</b>						<b>1523</b>

Cabe ressaltar que a busca pela conformidade legal não se resume apenas a punir transgressores, mas também a promover uma mudança cultural, educando e conscientizando a sociedade sobre a importância da preservação ambiental.

### 3.2.3 Gestão da Política de Recursos Hídricos e Conservação de Rios

A SEMAS atua na gestão da Política de Recursos Hídricos e Conservação de Rios por meio de sua Diretoria de Recursos Hídricos (DIREH) que possui como competência coordenar e executar a Política Estadual de Recursos Hídricos, articulando ações junto às demais secretarias de governo, com o intuito de regular os diversos usos da água, garantindo os padrões de qualidade adequados para a manutenção da vida, além de proporcionar condições favoráveis a gestão participativa, a fim de dirimir conflitos e garantir que os interesses econômicos sejam atendidos

sem comprometer a disponibilidade hídrica para os usos prioritários previstos em lei. Neste sentido, destacaram-se as seguintes ações em 2024:

a) A SEMAS emitiu no ano de 2024 um total de 2.724 títulos autorizativos de recursos hídricos, sendo 479 (17,6%) pelo Sistema SIMLAM, 1.784 (65,5%) pelo antigo SIGERH (Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos) e 461 (16,9%) pelo novo SIGERH/SYDLE.

b) Lançamento do novo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGERH-PA), com objetivo de automatizar soluções de protocolo, análise e emissão de atos autorizativos. O SIGERH-PA está originalmente hospedado no Portal de Atos Autorizativos da SEMAS.

c) SEMAS realizou monitoramento e diagnóstico de qualidade das águas superficiais como subsídios para o instrumento de outorga no estado do Pará, em parceria com o Instituto Evandro Chagas/IEC/SVS/MS, nos cursos d'água das macrorregiões hidrográficas Costa Atlântica Nordeste e Tocantins-Araguaia, executando aproximadamente valor do investimento é de R\$ 2.712.035,45 (dois milhões, setecentos e doze mil e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

d) Acompanhamento do processo de Elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, em parceria com a Universidade Federal do Pará, por meio do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), pelo qual serão apresentados os relatórios com diagnóstico, prognóstico e plano de ações, além de processo de formação de agentes de desenvolvimento de recursos hídricos com participação comunitária local na construção, execução e gestão do plano de bacia, fundamental para cumprir o previsto nas políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.

e) Construção do Índice de segurança hídrica para o estado do Pará, em consonância com o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), considerando as diferentes dimensões da segurança hídrica e incorporando o conceito de risco aos usos da água. Nesta primeira etapa, foram realizados o levantamento dos pontos outorgados vigentes para abastecimento público de água nos 144 municípios do estado do Pará, o levantamento do número de municípios que possuem Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) regularizados no estado e a identificação dos operadores dos SAAs existentes no estado.

f) No ano de 2024, a Diretoria de Recursos Hídricos iniciou a execução do 2º Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos (PECRH-2024-2027), para capacitar servidores SEMAS e atores externos (Universidades, Prefeituras etc.), através de palestras, seminários, workshops e visitas técnicas. Esse ano foram executadas 20 ações de capacitação que resultaram em 1.155 pessoas capacitadas, conforme dados apresentados na Tabela 17.

g) Cadastro de estruturas no Sistema Nacional de Segurança de Barragens: em 2024, foram cadastradas 41 estruturas, o que contribuiu com o progresso significativo nas ações de segurança de barragens, como o alcance do número total de 439 barragens cadastradas no Sistema Nacional de Segurança de Barragens (SNISB) e 311 barragens enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

h) No ano de foram compartilhados os dados de 540 pontos de interferência hídrica outorgados de domínio estadual, cujos atos foram regularizados e publicados no mesmo ano. Esse processo contribuiu para a integração das informações no CNARH, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos hídricos. Adicionalmente, foi realizada a consistência de 45 usuários já cadastrados no sistema, com o objetivo de melhorar a qualidade e a confiabilidade dessas informações.

- Divulgação no site da SEMAS do lançamento do novo SIGERH

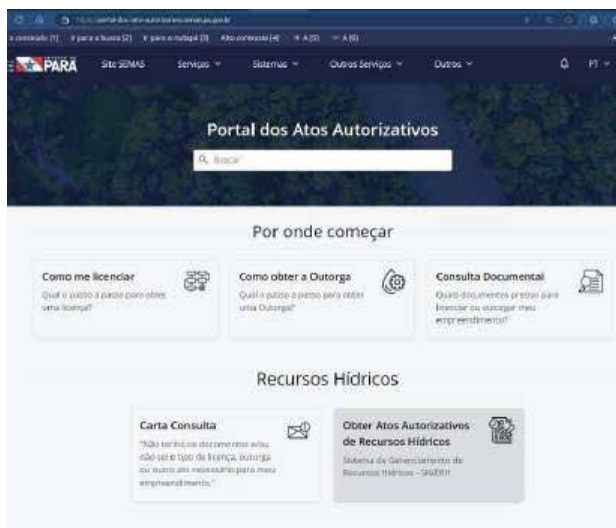


Figura 17

- Apresentação do projeto de Elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim na 44ª Reunião do CERH



Figura 18

### 3.2.4 Gestão dos Territórios Costeiros

De janeiro a novembro de 2024, a SEMAS através da Gerência de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental - GERCOZ realizou as atividades apresentadas a seguir com foco no gerenciamento dos territórios costeiros. As referidas atividades mobilizaram um público estimado de 241 pessoas.

Tabela 01: Resumo das atividades realizadas no gerenciamento dos territórios costeiros

ATIVIDADE REALIZADA	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	SETOR DA ZONA COSTEIRA PARAENSE	PÚBLICO
Fórum Setorial sobre Gerenciamento Costeiro 3 - Continental - Estuarino com o tema "O protagonismo da zona costeira paraense para a COP30"	Abaetetuba, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal e Marituba	Tocantins, Guajará e Guamá	Setor 3 - Continental Estuarino	100
Oficina preparatória para a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC) de Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	Rio Caeté	Setor 5 - Costa Atlântica Paraense	35
Palestra no Workshop Taxas de de Licenciamento Municipal	Acará, Belém, Magalhães Barata, Piçarra, Prinha, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e São Miguel do Guamá	Tocantins, Guajará, Carajás, Baixo Amazonas, Araguaia e Guamá	Setor 3 - Continental Estuarino (Belém) e Setor 4 - Flúvio Marítimo (Magalhães Barata)	50
Webinário sobre a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC)	Augusto Corrêa, Benevides, Bragança, Curralinho, Maracanã, Muaná, Ponta de Pedras, Quatipuru, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, São Caetano de Odivelas, Tracuateua e Viseu	Rio Caeté, Guajará, Marajó e Guamá	Setor 1 - Marajó Ocidental, Setor 2 - Marajó Oriental, Setor 3 - Continental Estuarino, Setor 4 - Flúvio Marítimo e Setor 5 - Costa Atlântica Paraense	36
Palestra sobre o Gerenciamento Costeiro ministrada remotamente aos alunos do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Belém	Guajará	Setor 3 - Continental Estuarino	20
Articulação para a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC)	Quatipuru, Tracuateua e Viseu	Rio Caeté	Setor 5 - Costa Atlântica Paraense	

Ademais, as atividades realizadas pela GERCOZ, no período de janeiro a novembro de 2024, atenderam 8 municípios dos 28 municípios planejados.

### 3.2.5 Implantação do Programa Pró-Rios

Para a execução dessa ação a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), abriram Chamamento Público às instituições financeiras, organismos e entidades de crédito autorizados a funcionar no Brasil, visando à obtenção de propostas para análise da viabilidade de contratação de Operação de Crédito Interno, na modalidade de operação contratual interna (com ou sem garantia da União) no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), destinados à realização das ações no âmbito do Programa Pró-Rios, sob a forma de Empréstimo Vinculado à Sustentabilidade (da expressão em inglês Sustainability-Linked Loan e doravante, simplesmente "SLL") sob a execução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), com a finalidade de conservar os rios Estado do Pará socioambientalmente.

Como não houveram interessados, o que possibilitou que fosse feito convite direto para as agências financeiras, no qual o Banco do Brasil aceitou e o memorando de intenção foi assinado por ocasião da COP 28. Ao longo de 2025 as tratativas serão retomadas, caso não sejam retomadas, é uma ação já observada na revisão do PPA no ano de 2025.

### 3.2.6 Licenciamento Ambiental

A SEMAS conduziu as ações de licenciamento através da sua Diretoria de Licenciamento Ambiental (DLA). Destacam-se como principais ações as abaixo relacionadas.

Em relação a Gerência de Projetos Minerais Metálicos - GEMIM durante o ano de 2024, foram realizadas um total de 33 (trinta e três) viagens, das quais se destacam:

-4 (quatro) viagens para Audiências Públicas: Projeto Ferro Sul (Ligga S.A); Projeto Bacaba (Vale S.A); Projeto Luanga (Bravo Mineração); Projeto Água Azul 200 KTA - Alvo Abelhas (Bemisa Água Azul Mineração).

-10 (dez) Vistorias técnicas em estruturas minerárias: Em conformidade com o Calendário de Segurança de Barragens, foram realizadas inspeções para monitoramento e manutenção das estruturas, garantindo a segurança e a conformidade regulatória conforme tabela abaixo.

-5 (cinco) Vistorias que emitiram autos autorizativos: No período analisado, foram registradas cinco viagens que exigiram a emissão de autos autorizativos, abrangendo diferentes regiões.

Além disso, destacaram-se as licenças emitidas fora do contexto de viagens, evidenciando a diversidade de demandas atendidas. O detalhamento está descrito a seguir:

- Região Carajás - Foram emitidas 20 autos autorizativos
- Região Araguaia - Foram emitidas 23 autos autorizativos
- Região Tapajós - Foram emitidas 07 autos autorizativos
- Região Rio Caeté - Foram emitidas 01 autos autorizativos
- Região do Rio Xingu - Foram emitidas 03 autos autorizativos

Por parte da Gerência de Mineração Não Metálicos - GEMINA foram realizadas:

- 27 vistorias técnicas.
- Vistoria técnica nas barragens dos empreendimentos Imerys Rio Capim Caulim Mineração Paragominas S.A e Alcoa World Alumina Brasil Ltda.

Em relação a Coordenadoria de Indústria, Comércio, Serviços e Resíduos - CIND, que é responsável por coordenar e supervisionar as ações realizadas pelas Gerências de Projetos Industriais - GEIND e de Projeto de Comércio e Serviços - GECOS. Ao longo do ano de 2024 a CIND realizou 15 (quinze) viagens oficiais com o objetivo de subsidiar análise de licenciamento ambiental, principalmente das Usinas da Paz, e acompanhar a comissão do GAPI. As Regiões de Integração visitadas foram: Baixo Amazonas, Lago de Tucuruí, Carajás, Guajará, Guamá, Rio Caeté, Tocantins e Marajó.

A Gerência de Projetos Industriais - GEIND é responsável por realizar o licenciamento ambiental de empresas que desenvolvem atividades que envolvam processos industriais. As atividades que mais se destacam entre os processos analisados pela equipe do setor são: Siderurgia, Matadouro/Frigorífico, Extração de óleos brutos, Refino de alumina e Beneficiamento de frutas.

Durante o ano de 2024 a GEIND realizou 36 (trinta e seis) viagens oficiais com os objetivos de fazer vistorias técnicas para subsidiar análise de processos e fazer visitas técnicas para acompanhar para acompanhar as comissões que cuidam do GAAP e GAPI e de participar em simulados de emergência a convite de empresas. A Gerência de Projetos Industriais esteve presente em 7 (sete) das doze Regiões de Integração, sendo o município de Castanhal o mais visitado com 6 (seis) viagens destinadas ao local. As Regiões de Integração visitadas foram: Araguaia, Carajás, Guajará, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins.

Durante o período de Janeiro a Dezembro (primeira quinzena) de 2024 foram realizadas 105 vistorias e estão programadas para o fim Dezembro mais 02, totalizando 107 viagens realizadas pela Coordenadoria de Energia, Infraestrutura, Fauna, Aquicultura e Pesca - CINFAP. A seguir encontra-se o quantitativo por Coordenação e Gerências:

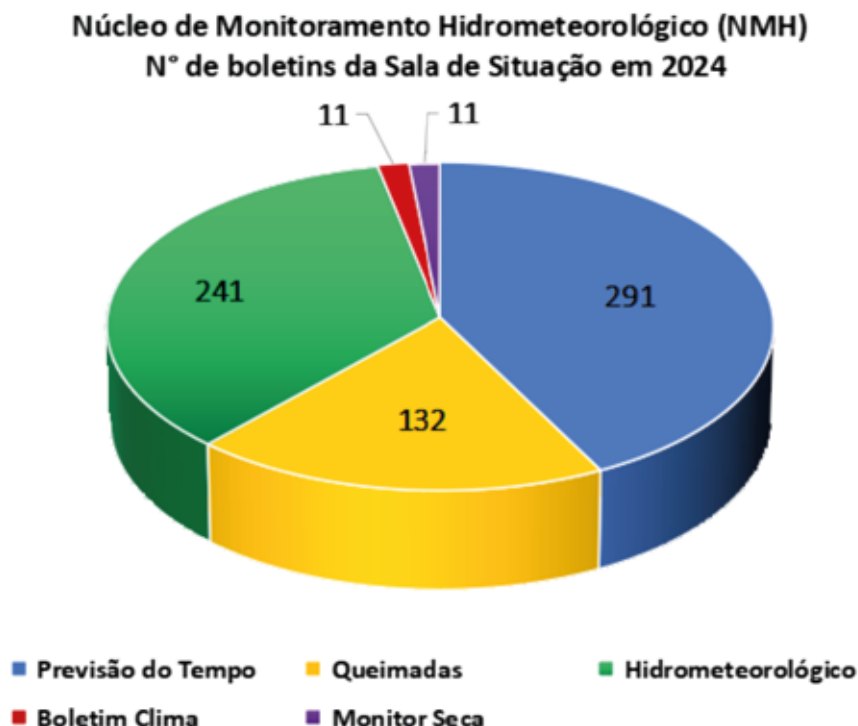
- Coordenadoria de Energia, Infraestrutura, Fauna, Aquicultura e Pesca - CINFAP: 12 viagens
- Gerência de Infraestrutura de Transporte e Obras Civas - GEINFRA: 14 viagens
- Gerência de Infraestrutura de Energia, Parcelamento do solo e Saneamento - GEPAS: 79 viagens.

Em relação às vistorias/ visitas realizadas pelas GEINFRA, o maior percentual de atendimento fez-se referente às demandas de Infraestrutura Portuária (renovação de Licenças, Instalação de novo porto e/ou verificação na área).

### 3.2.7 Monitoramento Ambiental

Para o ano de 2024, foram registrados 181 pontos de monitoramento da qualidade da água no Estado do Pará, com adensamento do monitoramento no município de Ipixuna do Pará e na Bacia Hidrográfica do Marapanim. Além disso, foram publicados 686 boletins relacionados a tempo, clima, hidrologia, bem como monitoramento de queimadas e monitoramento de secas, conforme mostrado na Gráfico abaixo.

Gráfico 2: Número de Boletins da Sala de Situação em 2024



A SEMAS equipou uma nova Sala de Situação para melhor visualização de seus produtos de diagnóstico e prognóstico de previsões de tempo e clima, focos de queimadas, hidrológicos e qualidade do ar, e na ocasião do Congresso Nacional de Meteorologia (XXIII CBMET), em Campinas-SP recebeu da SBMET a menção honrosa como premiação pela atuação do Estado frente ao evento climático extremo, pela operacionalização da Sala de Situação.

A SEMAS, através do Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico (NMH) participou diretamente do Comitê Integrado de Resposta à Estiagem e Incêndios Florestais no Pará (CIREIF) e da elaboração e atuação junto ao Plano Estadual de Ações a Estiagem, Queimadas e Incêndios Florestais, denominado PAEINF-2024.

Para reforçar o monitoramento, também foram instaladas réguas linimétricas que visam acompanhar de forma mais transparente e agregada as informações de nível e precipitação dos pontos monitorados no Pará, em parceria com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil do estado do Pará. Em 2024, foram instaladas réguas nos municípios de Ourém e Cametá, onde os técnicos da Defesa Civil dos municípios passarão a informar o nível dos rios para a SEMAS diariamente. Além do monitoramento do ar através da instalação de sensores de material particulado em 3 localidades estratégicas de Belém: Av. Júlio César, Av. Almirante Barroso - São Brás e Av. Presidente Vargas.

- Nova Sala de Situação da SEMAS Bosque com video wall

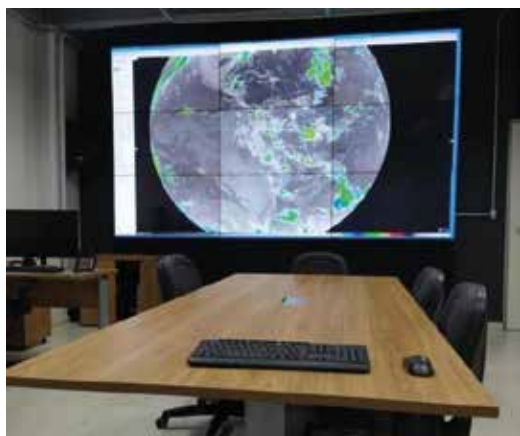


Figura 19

- Instalação de réguas limnimétricas para monitoramento dos níveis dos rios e medição de vazão



Figura 20

- Instalação de equipamentos de monitoramento da qualidade do ar em Belém



Figura 21

- campanha de monitoramento da qualidade da água



Figura 22

### 3.2.8 Promoção da Educação Ambiental

De janeiro a novembro de 2024, por meio da atuação da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM) foi implementada a agenda técnica da Educação Ambiental desta Semas/PA. Inicialmente, enfatizam-se as atividades desenvolvidas no contexto do Programa Territórios pela Paz - TERPAZ.

Foram realizadas, efetivamente, 50 atividades de educação ambiental em 8 Usinas da Paz - USIPAZ, situadas em 5 municípios paraenses (Parauapebas, Marituba, Canaã dos Carajás, Ananindeua e Belém). Ressalta-se o número total estimado de participantes em 1.036 pessoas, das quais estimam-se 600 pessoas do gênero feminino e 260 pessoas do gênero masculino.

As atividades de educação ambiental também são direcionadas para a comunidade em geral, em busca de atender demandas de escolas, universidades ou do próprio setor público quando realizadas em espaços abertos à sociedade, como praças. Nesse sentido, a tabela abaixo apresenta as atividades voltadas a esse público amplo e diverso, por exemplo, alunos, professores e comunidade em geral. O público total participante foi em torno de 717 pessoas, sendo estimado 330 pessoas do gênero feminino e 192 do gênero masculino.

Neste período de janeiro a novembro de 2024, a CEAM também qualificou 724 pessoas, dentre elas aproximadamente 257 pessoas do gênero feminino e 51 do gênero masculino, atingindo 05 dos 06 municípios planejados, com público total estimado em 180 pessoas, superando a meta física. Nesse sentido, a tabela demonstra a correlação das atividades da CEAM com o planejamento do Governo do Estado, por meio da implementação da Ação "Gestão dos Territórios Costeiros" estabelecida no PPA 2024-2027. Ressalta-se que apenas o município de Itaituba não foi atendido pela CEAM neste ano de 2024.

Tabela 02: Resumo das ações realizadas pela CEAM

Região de integração	Municípios atendidos	Número de atividades
Araguaia	Redenção, Ourilândia do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Rio Maria.	1
	Monte Alegre	1
Baixo Amazonas	Óbidos	1
	Oriximiná	1
	Santarém	4
	Canaã dos Carajás	7
Carajás	Marabá	1
	Parauapebas	6
	Ananindeua	18
	Belém	48
Guajará	Benevides	1
	Marituba	7
	Santa Bárbara do Pará	1
	Castanhal	1
Guamá	Igarapé-Açu	1
	São Caetano de Odivelas	1
	Muaná	1
Marajó	São Sebastião da Boa Vista	1
Rio Caeté	Bragança	1
	Concórdia do Pará	3
Rio Capim	Ourém	2
	Paragominas	1
	Abaetetuba, Ponta de Pedras, Igarapé-Miri, Tailândia, Barcarena, Baião, Castanhal, Belém, São Miguel do Guamá, Benevides, Cametá, Concórdia do Pará, Marituba, Terra Alta, Limoeiro do Ajuru, Colares e Acará.	1
Tocantins	Abaetetuba	1
	Cametá	1
Xingu	Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Anapu.	1
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>111</b>

### 3.2.9 Regulariza Pará

Passando a integrar ativamente a agenda do Programa Regulariza Pará a Gerência de Atividades Agropecuárias - GEAGRO realizou a primeira ação do mutirão de atendimento ao Regulariza Pará em Paragominas, voltado para produtores rurais e responsáveis técnicos da região. A ação, que ocorreu entre os dias 2 a 4 de dezembro, ofereceu orientações para a regularização ambiental e esclareceu dúvidas para acelerar os processos de licenciamento. A programação incluiu atendimento aos produtores, capacitação de responsáveis técnicos; entrega de LAR e CRA e 61 licenças ambientais rurais e certificados de adesão ao PRA concluídos, foram emitidos 48 certificados de regularidade ambiental e 13 licenças ambientais rurais.

Neste ano foram feitas 11 ações de mutirões de Regularização Ambiental, beneficiando 5.158 pessoas.

- Mutirão de regularização ambiental com as equipes da DGFLOR e PRA em Paragominas, Pará

- Mutirão de entrega de CAR realizado no município de Pacajá, em Julho de 2024.



Figura 23



Figura 24

O Programa Regulariza Pará obteve resultados concretos ampliando a análise de Cadastro Ambiental Rural - CAR no Estado do Pará, com as análises realizadas por equipe técnica. Ressalta-se que do total dos 185.733 cadastros analisados, 97,5% destes (181.241 CAR) foram analisados no período de 2019 a 2024. Atualmente (novembro/2024), dos 329.298 CAR inscritos em todo o Estado, já foram analisados 56% (185.733) dos cadastros.

Apresenta-se na imagem abaixo, os resultados em relação a análise do CAR com a demonstração do quantitativo de análises, chegando a 22.395 imóveis analisados até o mês de Dezembro. Cabe ressaltar que no tocante às estratégias referentes à análise de CAR o citado planejamento envolveu os 144 municípios do estado distribuídos nas 12 regiões de integração. O quantitativo de imóveis analisados foram planejados de acordo com o número de cadastros inscritos em cada município atendendo a proporcionalidade entre os municípios, ou seja, a meta de imóveis analisados e relação direta com as inscrições de CAR do referido município. Esta

relação ainda é verificada de acordo com a porcentagem de área cadastrada dentro da área cadastrável (área onde é permitida a inscrição de imóveis no Cadastro Ambiental Rural - CAR) de cada município.

Ao longo do ano ocorreram algumas oscilações em alguns meses devido principalmente a análise de cadastro de segunda análise, ou seja, mediante as primeiras análises e emissão de notificações que ocorreram ao longo dos anos, houve por parte dos responsáveis técnicos as respostas destas pendências, apresentação de documentação o que necessita de uma análise mais minuciosa e precisa dos itens da análise de CAR e análise documental o que requer maior detalhamento das análises.

- Mapa de Análise de CAR no estado do Pará no ano de 2024.

- Mutirão de Regularização Ambiental em projeto de assentamento, em Moju.

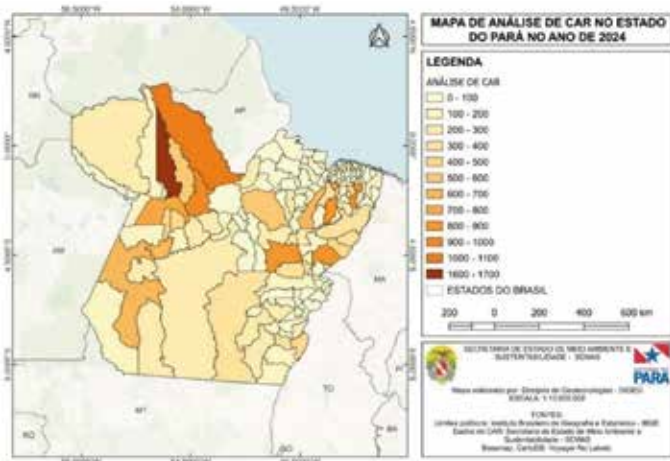


Figura 25



Figura 26

A análise de Car foi fortalecida por meio da Parceria interinstitucional formalizada entre esta Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (Semas/PA), por meio do Programa Regulariza Pará (Decreto nº 2.745/2022), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GIZ) emergiu com o objetivo de implementar de maneira efetiva o Código Florestal Brasileiro - CFB em áreas de Assentamento, a partir da criação de fluxos, procedimentos e normas, para garantir a regularização ambiental nesses territórios, especialmente em áreas de lotes de assentamento da Reforma Agrária, denominado de "Lote-CAR" e retificação de CAR perímetro ou CAR perimetral de Assentamento da Reforma Agrária, denominado de "CAR Perímetro". O foco da iniciativa implementada é direcionada aos beneficiários da reforma agrária, visando proporcionar a este público acesso a políticas públicas socioambientais.

No ano de 2024, a SEMAS, por meio da Diretoria de Geotecnologias, a partir desse projeto piloto, conseguiu obter os seguintes resultados: 589 análises e validações de Lote-CAR; atendendo 9 municípios (Acará, Capitão Poço, Irituia, São Domingos do Capim, Concórdia do

No ano de 2024, a SEMAS, por meio da Diretoria de Geotecnologias, a partir desse projeto piloto, conseguiu obter os seguintes resultados: 589 análises e validações de Lote-CAR; atendendo 9 municípios (Acará, Capitão Poço, Irituia, São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Paragominas, Aurora do Pará, Moju, Dom Eliseu), alcançando cerca de 1.114 beneficiários.

Outras melhorias foram desenvolvidas para aumentar a eficiência na entrega dos serviços pela SEMAS, tais como:

O desenvolvimento de Páginas de municípios habilitados dar publicidade ao programa de Municipalização; automatização do cruzamento da base de Remanescente de Vegetação Nativa com a base de CAR (sobreposição); Elaboração de planilha de sobreposição de PRODES e CAR, com inclusão de registros de Embargos, Autos de Infração e LDI; Base de apoio em excel aos mutirões de Regularização Ambiental utilizando macros que auxilia a equipe de atendimento na rápida identificação do pequeno produtor para automatizar todas as informações úteis ao CAR; Dashboards de frentes de ações DIGEO, para apresentar de forma consolidada um painel com todas as ações da DIGEO acerca de análise, suspensões, cancelamentos, mutirões (atendimentos e entrega de certificados), municipalização, empresas contratadas, projeto Lote AST, validação pela metodologia simplificada e demais ações; Ferramenta de transcrição de gravações de áudio em texto utilizando Python no Google Colab, com as bibliotecas Whisper e FFmpeg; Automação do relatório de Plano Plurianual (PPA) para otimização de tempo dentro de processos repetitivos dentro da Diretoria de Geoprocessamento e Criação de página de mutirões no portal do Regulariza Pará para divulgação dos resultados alcançados nas ações, com indicação de mapa com todos os pontos das ações realizadas, registros fotográficos e textos de cada ação.

### 3.2.10 Regularização Ambiental de Territórios Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais

Além da regularização de imóveis rurais, o CAR em territórios coletivos foi um grande avanço conquistado pelos movimentos sociais que lutam para que a implementação do CAR não implique em restrição de direitos territoriais ou limitação ao exercício dos direitos fundamentais garantidos aos povos e comunidades tradicionais. Sendo assim, no âmbito do Programa Regulariza Pará, o processo de elaboração do CAR de povos e comunidades tradicionais é decidido pelos próprios membros das comunidades, que realizam procedimentos de consulta, como reuniões informativas e assembleias de lideranças, nas quais a comunidade pode deliberar se deseja receber o apoio da Semas através da Diretoria de Ordenamento, Educação e da Descentralização da Gestão Ambiental - DIORED para inscrever o cadastro coletivo no módulo PCT-Sicar/PA.

No total já são 56 CAR/PCT (de territórios quilombolas e assentados extrativistas) inscritos no Módulo Povos e Comunidades Tradicionais do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará, totalizando cerca de 1,5 milhões de hectares de área de territórios coletivos registrados no CAR módulo PCT, com 17.182 comunitários inscritos, entre extrativistas e quilombolas, dos quais 8.640 são mulheres, equivalente a 50% dos registrados no CAR/PCT.

No que se refere aos territórios quilombolas, registram-se 41 CAR/PCT Quilombolas, correspondendo a uma área total registrada no CAR Coletivo de mais de 770 mil hectares, com 13.474 quilombolas inseridos no CAR/PCT, deste total são 6.826 mulheres, equivalendo a 51% dos registrados no CAR/PCT.

A elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas do Estado do Pará - PEAEX em 15 territórios coletivos, decorreu de ação integrada entre Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/ PA) e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), diante da responsabilidade de cadastrar esses territórios e assistir agricultores familiares e extrativistas de territórios coletivos, em âmbito do Programa Regulariza Pará.

Em decorrência do acordo de cooperação firmado entre a SEMAS e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) que prevê ações conjuntas destinadas à implementação do CAR/PCT, incluindo acesso ao Módulo PCT do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), a DIORED promoveu no ano de 2024 dois treinamentos do módulo CAR/PCT, para técnicos da Coordenação da Malungu, qualificando 17 pessoas no total.

- Treinamento Malungu, abr.2024



Figura 27

No primeiro semestre de 2024, realizou-se articulação e mobilização junto às comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, visando estruturar um circuito de educação ambiental em territórios quilombolas e estruturar um projeto de reflorestamento de 100 hectares. Foram realizadas reuniões de alinhamento e diagnósticos rápidos participativos nas comunidades de Arapucú, situada no município de Oriximiná, Bom Jardim, Murumuru, Pérola do Maicá, Saracura e no âmbito da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). Assim, a Semas tem promovido ações para fortalecer o manejo florestal comunitário e familiar através da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em comunidades quilombolas.

Ainda no âmbito do Programa Regulariza Pará, foram formalizados 11 Acordos de Pesca, para manejo e gestão comunitária dos recursos pesqueiros totalizando mais de 537 mil hectares de área de comunidades participantes da construção dos acordos, com mais de 14 mil famílias beneficiadas. Sendo a maior concentração desses acordos na Região de Integração do Baixo Amazonas, garantindo o desenvolvimento da pesca sustentável como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer das comunidades por meio de regras objetivas e que podem ser facilmente aplicadas.

• Localização de Acordos de Pesca

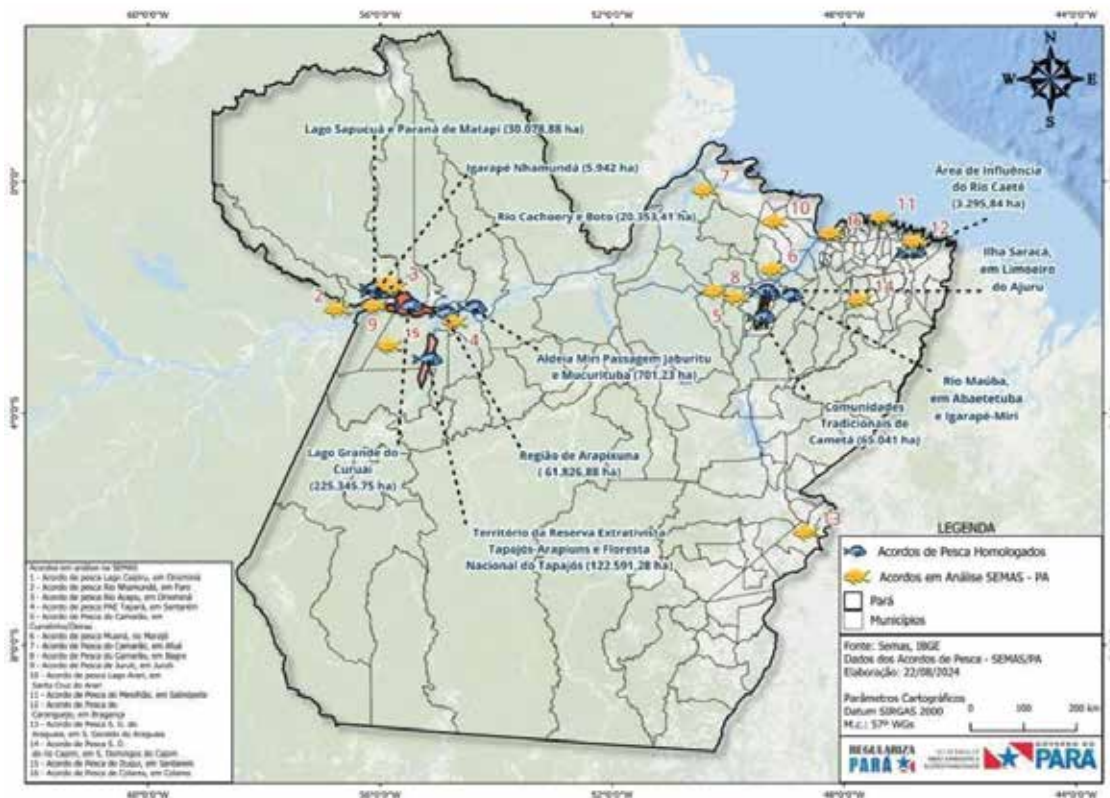


Figura 28

Os acordos de pesca das comunidades ocorreram nas comunidades de São Sebastião, Boca dos Currais e Santa Cecília, situadas às margens do Lago do Igarapé Nhamundá e Igarapé dos Currais (Oriximiná), Lago do Sapucaá e Paraná de Matapi (Oriximiná) e Aldeia, Miri, Passagem, Jaburu e Mucurutuba (Monte Alegre). Na oportunidade realizou-se também ações informativas sobre o acordo de pesca e sobre meio ambiente. Estes espaços das comunidades são importantes espaços de governança e de educação ambiental.

#### 4. PROGRAMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

O objetivo estratégico deste programa é promover o desenvolvimento sustentável, estruturado em políticas ambientais, inclusivas e de diversidade social e cultural para a geração de trabalho, emprego e renda.

O Programa visa também promover uma economia inclusiva e de baixo carbono.

##### 4.1. Execução Orçamentária

A execução do programa ficou prejudicada em função do maior aporte dos recursos orçamentários estarem programados na fonte de Operações de Crédito interno e externo, as quais não foram realizadas neste exercício.

Quadro 10: Execução orçamentária do Programa Economia Sustentável

Nome Proj-Atividade	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível
Operação e Expansão do Programa Território Sustentável	136.041.119,00	62.817,80	135.978.301,20
Incentivo à Prestação de Serviços Ambientais	58.069.998,00	53.802,34	58.016.195,66
Implementação do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa	12.797.577,00	111.512,83	12.686.064,17
Construção do Sistema Jurisdicional do REDD+	43.830.000,00	426.664,40	43.403.335,60
Rastreabilidade e Recondição Comercial Agropecuária	37.114.000,00	9.316,05	37.104.683,95
Promoção da Bioeconomia	68.353.500,00	68.690,87	68.284.809,13
Implantação do Parque da Bioeconomia e Inovação da Amazônia	101.442.427,00	-	101.442.427,00
<b>Total</b>	<b>457.648.621,00</b>	<b>732.804,29</b>	<b>456.915.816,71</b>

## 4.2. Ações

### 4.2.1 Construção do Sistema Jurisdicional do REDD+

No ano de 2024 ocorreram vários avanços em relação a estruturação do Sistema Jurisdicional de REDD+ (SJREDD+) do Pará que incluem:

- I.a estruturação de um arcabouço institucional para REDD+;
- II.a consolidação de mecanismos de governança climática participativos;
- III.o engajamento de partes interessadas;
- IV. realização de seminários e oficinas informativas sobre o tema.

Esses elementos foram e continuam sendo essenciais para garantir a integridade, a transparência e a inclusão de múltiplos atores nesta política.

Ressalta-se que o Sistema Jurisdicional de REDD+ do Estado do Pará vem sendo construído enquanto política pública para atuar em todo o Estado, de forma extensiva aos 144 municípios. Essa construção é realizada pelo Governo do Estado através da SEMAS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade) enquanto coordenadora e de outras Secretarias parceiras, como SEPI, SEIRDH e SEAF, em tratativa com as redes de representação dos Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQCTAF), para realizar a discussão sobre o Sistema Jurisdicional, estratégia de repartição de benefícios, mecanismo financeiro e possíveis subprogramas de acesso a políticas de incentivo à redução de desmatamento e conservação, a serem implantados pelo SJREDD+.

Os destaques dessa ação no ano de 2024 são: Submissão da Nota Conceito no ART (Arquitetura para Transações de REDD+), que oficializa o início do registro de um programa Jurisdicional de REDD+; Realização de Seminário Informativo REDD+ do Estado do Pará - A Co-construção do Sistema Jurisdicional de REDD+ do Pará; Realização de 4 reuniões Ordinárias da Câmara Técnica de Acompanhamento da Construção da Política de REDD+ para discussão da estruturação e outros requisitos da política; Realização de pelo menos 12 eventos/ações de diálogo e engajamento com os atores do SJREDD+.

- Submissão da Nota Conceito no ART



Figura 29

- Seminário Informativo REDD+ do Estado do Pará



Figura 30

Além de as oficinas etnoregionais, com o intuito de informar, engajar e colher informações da população para elaboração do Plano de Consulta do Sistema Jurisdicional de REDD+ do Estado, como detalhado nas planilhas abaixo:

Quadro 11: Etnorregionais elaboradas pela Federação dos Povos Indígenas do estado do Pará (FEPIPA) - 2023/2024.

Descrição do Evento	Município	Período
Realização da 1º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Jacareacanga	20/11/2023 a 22/11/2023
Realização da 2º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Santarém	24/11/2023 a 26/11/2023
Realização da 3º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Novo Progresso	17/12/2023 a 19/12/2023
Realização da 4º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Oriximiná	08/01/2024 a 10/01/2024
Realização da 5º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Marabá (aldeia Parkatêiê)	06/03/2024 a 08/03/2024
Realização da 6º Etnorregional - Oficinas com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada nas Regiões de Integração.	Bannach (aldeia kriny)	09/03/2024 a 14/03/2024

Fonte: SEMAS, 2024

Quadro 12: Oficinas regionais elaboradas pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) 2023/2024.

Descrição do evento	Município	Período
Realização da 1ª regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Santa Luzia	25/10/2023 a 27/10/2023
Realização da 2ª regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Abaetetuba	25/10/2023 a 27/10/2023
Realização da 3ª regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Baião	01/12/2023 a 03/12/2023
Realização da 4ª regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Oriximiná (comunidade quilombola de Varjão)	22/01/2024 a 26/01/2024
Realização da 5ª regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Salvaterra – Cachoeira do Arari	16/02/2024 a 19/02/2024

Quadro 13: Oficinas Etnoregionais realizadas pelo Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS) 2023/2024.

Descrição do evento	Município	Período
Realização da 1ª Etno regional - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Santarém	11/09/2023 a 12/09/2023
Realização da 2ª e 3ª Etno regionais - Oficinas Regionais com PIQCTs e Oficinas Gerais com a sociedade interessada.	Belém	25/09/2023 a 27/09/2023
Realização da 1ª Oficina Etno regional Estadual - Regionais com PIQCTs e	Altamira	15/05/2024 a 17/05/2024
Realização da 2ª oficina Estadual Etno regional-Regionais com PIQCTs e oficinas gerais com a sociedade interessada	Belém	27/05/2024 a 29/05/2024
Assembleia Estadual do Sistema Jurisdicional de REDD+ do estado do Pará, organizada pelo Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS)	Porto de Moz	09/04-/2024 a 11/04/2024

Fonte: SEMAS, 2024

Quadro 14: Oficinas informativas com representantes da Agricultura Familiar (FETAGRI e FETRAF).

Descrição do evento	Município	Período
1ª Oficina de capacitação em mudanças climáticas, REDD+ e Sistema Jurisdicional com a agricultura familiar.	Castanhal	21 e 22/10/2024
2ª Oficina de capacitação em mudanças climáticas, REDD+ e Sistema Jurisdicional com a agricultura familiar.	Marabá	24 e 25/10/2024
3ª Oficina de capacitação em mudanças climáticas, REDD+ e Sistema Jurisdicional com a agricultura familiar.	Altamira	04 e 05/11/2024
4ª Oficina de capacitação em mudanças climáticas, REDD+ e Sistema Jurisdicional com a agricultura familiar.	Santarém	07 e 08/11/2024

- Resumo das Oficinas com representantes das PIQCTAFs.



Figura 31

#### 4.2.2 Implantação do Parque da Bioeconomia e Inovação da Amazônia

O acompanhamento semanal da obra do Porto Futuro 2, realizado às quartas-feiras no período da manhã, tem como papel fundamental garantir a transparência, o controle de qualidade e o cumprimento do cronograma estipulado para o Parque de Inovação e Bioeconomia na Amazônia, composto pelo Armazém 5 (Espaço Ver-o-Peso) e Armazém 6 (Laboratório Fábrica). Esse monitoramento permite identificar e solucionar eventuais problemas com tempestividade, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

A evolução da obra é avaliada por meio de inspeções técnicas, análise do progresso físico (como demolições, recuperação da estrutura metálica, pintura e execução de instalações elétricas e hidrossanitárias). A verificação dos serviços que estão sendo executados é realizada semanalmente e por meio de registros fotográficos, são documentadas em relatórios que possibilitam ter um panorama geral de evolução das atividades da obra do Porto Futuro 2. Vale ressaltar que ao final do ano de 2024, a obra encontra-se com cerca de 80% efetivamente executada, o que segundo o cronograma representa um pequeno lapso em comparação ao que foi planejado.

- Registros fotográficos das visitas de acompanhamento de obra no Espaço de Inovação e Bioeconomia (Armazéns 5 e 6)



Figura 32

Em relação ao benchmark, foram realizadas 04 (quatro) imersões técnicas em várias regiões do país e do Pará, realizada em espaços com expertise e experiências consideradas exitosas na área de bioeconomia. Essas ações estão ligadas a implementação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, previsto como um projeto estruturante do Plano de Bioeconomia do Pará e que tem relação com o intuito do Governo Estadual de acelerar a transição da economia para um modelo de baixa emissão de carbono.

Quadro 15: Benchmarks realizados pela Gerência de Bioeconomia da SEMAS.

LOCAL	CIDADE	PERÍODO	VINCULAÇÃO COM PPA
Centro de inovação no Sapiens Parque	Florianópolis - SC	03/2024	Implementação do Parque de Bioeconomia
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar)	Recife - PE	04/2024	Implementação do Parque de Bioeconomia
Centro de Inovação do Cacau e a Biofábrica	Ilhéus - BA	04/2024	Implementação do Parque de Bioeconomia
Ecoparque - Natura Cosméticos	Benevides - PA	07/2024	Implementação do Parque de Bioeconomia
<b>TOTAL DE BENCHMARK REALIZADOS</b>			<b>4</b>

Além da implantação do Espaço de Inovação e Bioeconomia, a ação Implantação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia prevê a implantação da Escola de Saberes da Floresta, contudo, o local pensado para a implantação passa por sérios conflitos fundiários, sendo assim necessário alterar a estratégia para esta unidade do Parque de Bioeconomia. Visto a importância deste projeto estruturante, há discussões sobre a de Saberes da Floresta ser implantada dentro do Espaço de Inovação e Bioeconomia e seus serviços serem difundidos para diversas regiões do Estado. Assim, um primeiro passo foi dado, em setembro de 2024, com a implementação de curso Saber Local e Consciência Socioambiental, um serviço da Escola de Saberes da Floresta, no Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), que permitiu a aproximação do universo cultural, ambiental, econômico e social, assim como, promove uma relação entre o saber local e conhecimento científico.

#### 4.2.3 Implementação do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa

O Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN), instituído pelo Decreto nº 3552/2023, orienta os esforços para a recuperação da vegetação nativa no estado. Em 2024, a Diretoria de Mudança Climática e Serviços Ambientais (DIMUC/SEMAS) implementou uma série de ações estratégicas, fundamentais para consolidar bases institucionais, técnicas e sociais para a execução plena do PRVN nos anos subsequentes, dentre elas destacam-se: eventos técnicos; criação de uma instância estratégica de governança e realização de intercâmbios técnicos que fortaleceram a capacidade do estado em promover a recuperação da vegetação nativa, dentre eles a visita técnica na rede de sementes e viveiros do Estado do Acre.

Outro avanço significativo foi a formalização e reuniões da Câmara Técnica do PRVN (CT-PRVN), uma instância permanente composta por gestores e especialistas, que visa apoiar a implementação do plano e fomentar ações integradas, consolidando a governança em torno da agenda de recuperação da vegetação nativa.

No ano de 2024, foram realizadas diversas apresentações sobre o PRVN em eventos estratégicos e de grande relevância, no estado do Pará, com o objetivo de disseminar informações sobre o programa. Podemos destacar: Seminário de Validação da Estratégia de Rede de Sementes e Mudanças do Tapajós (CIAT): realizado em 23/02/2024; Workshop de Construção da Estratégia Estadual para Coleta e Comercialização de Sementes Nativas no Pará; Semana dos Povos Indígenas: “Fortalecendo a Parceria: Plano de Recuperação da Vegetação Nativa e os Povos Indígenas”; III Concerto Ambiental de Altamira; Conferência Brasileira de Restauração Ecológica.

No âmbito da agenda do PRVN, também foi iniciado o planejamento espacial para Recuperação da Vegetação Nativa. Foram, com ações de planejamento para identificar e priorizar áreas de restauração no estado. Dentre as ações podemos destacar: Retomada do processo de formalização do convênio EMBRAPA/SEMAS; Levantamento de áreas potenciais para restauração em territórios indígenas, unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, quilombos, PEAS e PAEX; Diagnóstico sobre ferramentas e métodos de monitoramento, como Lidar, radar e TerraClass; Estimativa inicial de regeneração natural com base no programa Amazônia Agora.

A implementação de um Centro de Inovação de Sementes e Mudanças também fez parte do planejamento do programa no ano de 2024. Para isso, foi elaborado um Termo de Referência para a contratação de consultoria jurídica para desenvolver um modelo de gestão eficiente para viveiros públicos em 10 municípios do estado.

Outras atividades foram realizadas no âmbito do projeto, destacando-se: Parceria com FASEPA para beneficiar adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com ações que incluem educação ambiental entre as atividades; Especificação técnica para a contratação de serviços para implementar 50 Unidades Demonstrativas de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas em imóveis rurais e elaboração de Termo de Referência para a contratação de mapeamento e definição de áreas prioritárias nos territórios coletivos, abrangendo Populações Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), visando à implementação de um sistema de monitoramento participativo.

- Servidores da Semas que participaram do intercâmbio técnico



Figura 33

#### 4.2.4 Incentivo à Prestação de Serviços Ambientais

A SEMAS está estruturando o Programa Estadual por Serviços Ambientais e já apresenta resultados efetivos através do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis - Piloto do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, que visa tornar os beneficiários do projeto (agricultores/produtores rurais) provedores de serviços ambientais por meio da implementação de projetos de regeneração, manutenção, recuperação e conservação de áreas e o estímulo às ações previstas no novo Código Florestal, com o apoio à regularização ambiental.

O Projeto Valoriza TS foi instituído pela Lei Estadual nº 10.167/2023, sendo regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.527/2023.

Para o estabelecimento das regras e delimitação da área geográfica de atuação, foi lançado o primeiro Edital SEMAS nº 01 de 13 de novembro de 2023, destinado à proprietários ou possuidores de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais, nos municípios de: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Marabá, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Parauapebas, Pacajá, São Félix do Xingu, Tucumã e Tomé-Açu.

Além disso, a SEMAS vem promovendo diversos eventos para difundir o programa e promover engajamento e capacitação para que mais produtores rurais tenham acesso aos benefícios previstos. Em Marabá e São Félix do Xingu, por exemplo, foi realizado o I ciclo de capacitação do plano de formação continuada em agroecologia do território de Carajás, onde a SEMAS dialogou sobre a regularização ambiental. Outro município contemplado foi Pacajá, onde foi realizado um evento para apresentação e inscrição ao Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis e a realização de uma atividade de campo, na propriedade do produtor Manoel Missias, agricultor familiar, utilizada para exemplificar aos técnicos como ocorre a confirmação das modalidades de regeneração de APP, recuperação, manutenção e conservação do Projeto Valoriza TS.

Ainda nesse contexto, no município de Xinguara, o governador do estado, V. Ex.<sup>a</sup> Helder Barbalho, anunciou o pagamento de 36 benefícios para produtores rurais da agricultura familiar no âmbito do projeto piloto de pagamento por serviços ambientais (PSA) "Valoriza Territórios Sustentáveis".

Para dar continuidade a estruturação do Plano Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais, a SEMAS participou de uma série de visitas e reuniões na região de Caparaó, no Espírito Santo, com intuito de trocar experiências sobre a implementação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), tendo como o modelo o Programa Reflorestar desenvolvido pelo governo capixaba.

Para a estruturação da modalidade de PSA "Territórios coletivos" a SEMAS conta com apoio do BID e os parceiros TNC e FAO (FUNBIO), um processo que está em construção e que será fundamental para o Programa e necessita ainda de maior integração entre as políticas públicas e o engajamento das comunidades locais para garantir a eficácia e o alcance das metas do programa.

- Visita no Espírito Santo para compartilhamento de experiências sobre Pagamento por Serviços Ambientais.

- Agricultores/produtores público-alvo do edital.



Figura 34



Figura 35

- Mobilização de produtores no município de Pacajá/PA

- Pagamento de Produtores Rurais pelo Valoriza Territórios Sustentáveis (PSA) em Xinguara/PA



Figura 36



Figura 37

Quadro 16: Panorama, por modalidade, das áreas em hectares beneficiadas pelo Valoriza TS.

	Regeneração (ha)	Manutenção (ha)	Recuperação (ha)	Conservação (ha)
<b>Total</b>	<b>92,61</b>	<b>43,91</b>	<b>55,77</b>	<b>31,70</b>

#### 4.2.5 Operação e Expansão do Programa Território Sustentável

O Programa Territórios Sustentáveis já atua em 8 regiões, beneficiando centenas de produtores rurais como prioridade nos processos de regularização fundiária, hídrica, ambiental e zoofitossanitária, além de assistência técnica e capacitação para gestão dos imóveis. Outros benefícios são o fortalecimento das cadeias produtivas e o acesso aos mercados, por meio de projetos de recomposição florestal produtiva, via Sistemas Agroflorestais (Safs) e programas de transferência tecnológica, rastreabilidade e certificação.

Atualmente as ações do PTS já alcançam 83 municípios do Estado, um somatório de esforços para garantir a estratégia de transição à economia de baixas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de regiões pressionadas pelo desmatamento e com áreas passíveis de restauração florestal.

##### • Território de Integração TS PA-279

Considerando que o Programa Território Sustentáveis é um programa de Governo, a SEMAS tem a SEDAP, o Banpará e Adepará como parceiro na execução do Programa, onde numa ação conjunta já beneficiou mais de 200 famílias nos Municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia e Tucumã, concedendo um Volume de crédito rural de aproximadamente R\$ 15.693.561,73.

Em 2024, com a parceria dos Escritórios Verdes, foram realizados no TS PA- 279: 317 inscrições de propriedades no PTS; 261 notificações e 19 Validações.

O Território de Integração da PA -279, têm avançado com Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), este que tem como objetivo estruturar a metodologia que, uma vez validada, será a base do Programa de PSA do Estado do Pará. O Projeto Piloto de PSA apresenta em uma de suas premissas - "perfil do usuário provedor" - que o(a) produtor(a) rural encontra-se inscrito(a) no Programa Territórios Sustentáveis.

A SEMAS atua como coordenadora executiva do Piloto de PSA do Pará, atuando institucionalmente como gerência do projeto e para tanto avançou de forma significativa no arcabouço jurídico como: a estruturação da Lei nº 10.167/2023 que Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS); o Decreto nº 3.527/2023 que regulamenta a Lei e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo Valoriza TS); criou o comitê deliberativo do projeto e publicou o Edital para adesão ao projeto Valoriza Territórios Sustentáveis.

Quadro 17: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS PA 279 (Agrotec).

Procedimentos Técnicos Agrotec	São Félix do Xingu	Tucumã	Ouro Preto do Norte	Totais
<b>Convênio</b>	<b>Liberado</b>	<b>Devolvido</b>	<b>Liberado</b>	<b>03</b>
Emater	56	60	80	196
SENAR/ SEDAP	00	00	00	00
Produtor	00	00	00	00
Escritórios Verdes	09	07	01	17
Hectares Inscritos (Ha)	426	1418	351	2.194
CAR Notificado	03	12	04	19
CAR Renotificado	02	02	01	05
CAR Validado	05	00	00	05
Diagnóstico	03	44	58	105
Plano de Desenvolvimento Sustentável	08	00	00	08

Fonte: SEMAS, 2023

Quadro 18: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS PA 279 (ODK).

Procedimentos Técnicos ODK	São Félix do Xingu	Tucumã	Ouro Preto do Norte	Outros	Totais
<b>Convênio</b>	<b>Liberado</b>	<b>Liberado</b>	<b>Liberado</b>	<b>-</b>	<b>03</b>
Emater/Adepará	496	136	143	17	792
SENAR/ SEDAP	46	35	15	03	99
Produtor	07	02	00	01	10
Escritórios Verdes	00	00	00	00	00
Hectares Inscritos (Ha)	69602	13877	7910	3232	94621
CAR Notificado	135	155	114	07	411
CAR Renotificado	42	00	06	00	48
CAR Validado	317	00	08	00	325
Diagnóstico	327	00	12	00	339
Plano de Desenvolvimento Sustentável	285	00	00	02	287

Fonte: SEMAS, 2023

#### • Território de Integração TS Baixo Araguaia

O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) adaptou um fluxo metodológico para os municípios que já receberam o recurso da SEDAP, de acordo com a situação dos mesmos. O fluxo contou com capacitações nos softwares e plataformas utilizadas para inscrição e em atendimento às Notificações do já realizadas pelo corpo técnico do PTS no SICAR. Atualmente, a equipe técnica do TS está recebendo novas retificações. Presentemente, com a participação do município de Água Azul do Norte no novo edital de chamamento (Edital - Semas nº 01 de 16 de maio de 2024) do Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a equipe da Emater está sendo preparada para potencializar as ações de extensão rural no território.

Em 2024 foram realizadas 98 Inscrições de propriedades no PTS; 87 notificações e 02 Validações.

No TS Baixo Araguaia, as instituições EMATER, SEDAP, BANPARÁ e ADEPARA, atuaram nos municípios de Bannach; Rio Maria; Sapucaia; Xingua e Água Azul do Norte, beneficiando mais

de e 300 famílias concedendo um Volume de crédito rural de aproximadamente R\$ 4.835.258,75.

Quadro 19: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS Baixo Araguaia (Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Água Azul Do Norte	Bannach	Rio Maria	Sapucaia	Xinguara	Totais
<b>Convênio</b>	Não	Liberado	Liberado	Liberado	Liberado	<b>04</b>
<b>Emater/Adepará</b>	17	55	51	52	19	<b>194</b>
<b>SENAR/ SEDAP</b>	00	00	00	00	03	<b>03</b>
<b>Produtor</b>	01	00	00	00	00	<b>01</b>
<b>Escritórios Verdes</b>	18	55	51	52	22	<b>198</b>
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	582	2280	2139	2026	1027	<b>8055</b>
<b>CAR Notificado</b>	06	20	18	15	09	<b>68</b>
<b>CAR Renotificado</b>	00	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>CAR Validado</b>	00	00	00	02	00	<b>02</b>
<b>Diagnóstico</b>	39	01	00	00	00	<b>40</b>
<b>Plano de Desenvolvimento Sustentável</b>	00	00	00	00	00	<b>00</b>

Fonte: SEMAS, 2023

Quadro 20: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS Baixo Araguaia (ODK).

Procedimentos Técnicos ODK	Água Azul Do Norte	Totais
<b>Convênio</b>	Não	<b>00</b>
<b>EMATER</b>	148	<b>148</b>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural</b>	00	<b>00</b>
<b>Escritórios Verdes</b>	00	<b>00</b>
<b>Inscrições Totais</b>	148	<b>148</b>
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	15266	<b>15266</b>
<b>CAR Notificado</b>	117	<b>117</b>
<b>CAR Renotificado</b>	04	<b>04</b>
<b>CAR Valida do</b>	04	<b>04</b>
<b>Diagnóstico</b>	01	<b>01</b>
<b>Plano De Desenvolvi mento Sustentável</b>	00	<b>00</b>

Fonte: SEMAS, 2023

• Território de Integração TS Carajás

O PTS adaptou um fluxo metodológico para os municípios que já receberam o recurso - de acordo com a situação dos mesmos, que foi aplicado em 2023. O fluxo contou com capacitações em atendimento às Notificações já realizadas pelo corpo técnico do PTS, onde foram levados os cadastros (CAR) notificados, para serem retificados no momento da ação nos municípios, além de material de apoio (tutorial de retificação) para dar suporte à ATER.

Atualmente, a equipe técnica do TS está recebendo novas retificações. Presentemente, com a participação dos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás no novo edital de chamamento (Edital - Semas nº 01 de 16 de maio de 2024) do Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a equipe da Emater está sendo preparada para potencializar as ações de extensão rural no território.

Em 2024 foram realizadas 48 inscrições de propriedades no PTS e 34 notificações.

Nesse Território, além da SEDAP, ADEPARÁ, EMATER e BANPARÁ, o IDEFLOR-Bio possui grande atuação, especialmente no município de Eldorado de Carajás, através da entrega de 61000 sementes de açaí, 2183 sementes de essências florestais diversas e 3500 sacos para mudas, em parceria com a Prefeitura Municipal, a qual dispõe de Viveiro de Mudas cedido pelo IDEFLOR-Bio. Tais entregas geram a perspectiva de recuperação de cerca de 30 hectares de áreas alteradas.

Em relação aos processos de retificação de CAR, o Território de Integração TS Carajás não apresentou um avanço expressivo devido a situações como: carência de técnicos e dificuldade com a locomoção pra visitar as propriedades e rotatividade do corpo técnico das secretarias municipais (meio ambiente e agricultura). E sem o retorno de respostas às notificações, o corpo técnico do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS/SEMAS), fica impossibilitado de prosseguir com o processo de regularização ambiental.

Vale ressaltar também que a atuação da SEDAP nos municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas ficou prejudicada por falta de recurso. Ainda assim, nesse Território (especificamente no município de Eldorado dos Carajás) 100 famílias foram atendidas, enquanto um Volume de crédito rural de aproximadamente R\$ 19.478.906,18 foi concedido nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás.

Quadro 21: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração (Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Canaã Dos Carajás	Curionópolis	Eldorado Do Carajás	Parauapebas	Totais
<b>Convênio</b>	Não	Não	Liberado	Não	01
<b>Emater</b>	00	00	07	00	07
<b>Secretaria de Agricultura</b>	00	00	46	00	46
<b>SEMPRO</b>	00	00	00	02	02
<b>Inscrições Totais</b>	00	00	53	02	55
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	00	00	542	00	542
<b>CAR Notificado</b>	00	00	20	00	20
<b>CAR Renotificado</b>	00	00	00	00	00
<b>CAR Validado</b>	00	00	00	00	00
<b>Diagnóstico</b>	00	00	00	00	00
<b>Plano de Desenvolvimento Sustentável</b>	00	00	00	00	00

Fonte: SEMAS, 2023

• Território de Integração TS BR-158

O PTS adaptou um fluxo metodológico para os municípios que já receberam o recurso - de acordo com a situação dos mesmos, que foi aplicado em 2023. O fluxo contou com capacitações em atendimento às Notificações já realizadas pelo corpo técnico do PTS, onde foram levados os cadastros (CAR) notificados, para serem retificados no momento da ação nos municípios, além de material de apoio (tutorial de retificação) para dar suporte à ATER

Em 2024 o TS BR-158 também não apresentou um expressivo avanço com relação ao processo de retificação pelos mesmos motivos observados no TS Carajás. E sem o retorno de respostas às notificações, o corpo técnico do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS/SEMAS), fica impossibilitado de prosseguir com o processo de regularização ambiental. Vale ressaltar que assim como no TS Carajás, a execução da SEDAP também ficou prejudicada nos municípios de Redenção, Pau D’Arco e Santana do Araguaia por falta de recursos.

Contudo, foram realizadas: 129 Inscrições de propriedades no PTS; 109 notificações e 03 Validações.

Com 56 inscrições realizadas pela EMATER; 400 famílias atendidas pela SEDAP nos municípios de Cumaru, Floresta do Araguaia, Cumaru do Norte e Santa Maria das Barreiras, sendo concedido pelo Banpará um total de aproximadamente R\$ 6.889.832,40 de crédito rural, com atendimento da Adepará em, 6 municípios.

Quadro 22: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS BR158 (Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Conceição Do Araguaia	Cumaru do Norte	Floresta do Araguaia	Pau D’Arco	Redenção	Santa Maria das Barreiras	Santana do Araguaia	Totais
<b>Convênio</b>	Liberado	Liberado	Liberado	Não	Não	Liberado	Não	<b>04</b>
<b>Emater</b>	47	72	00	01	00	00	00	<b>120</b>
<b>Secretaria de Agricultura</b>	00	03	46	00	02	54	00	<b>105</b>
<b>Escritórios Verdes</b>	00	02	00	00	00	04	13	<b>19</b>
<b>Inscrições Totais</b>	47	77	46	01	02	58	13	<b>244</b>
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	1015	4377	109	52	205	1359	3809	<b>10926</b>
<b>CAR Notificado</b>	06	28	01	01	01	12	14	<b>63</b>
<b>CAR Renotificado</b>	00	00	00	00	00	00	01	<b>01</b>
<b>CAR Validado</b>	00	00	00	00	00	00	02	<b>02</b>
<b>Diagnóstico</b>	00	00	00	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>Plano de Desenvolvimento Sustentável</b>	00	00	00	00	00	00	00	<b>00</b>

Fonte: SEMAS, 2023

- **Território de Integração TS Lago Do Tucuruí**

O Território de Integração Lago do Tucuruí, ainda está em sua fase inicial, porém, apresenta um expressivo avanço com relação ao processo de retificação (resposta à notificação) por parte da ATER, motivada pelas ações da Fundação Solidaridad, uma parceira que contribui com a assistência técnica, especificamente, nos municípios de Novo Repartimento e Pacajá, o que viabiliza várias visitas aos produtores rurais, com seu plano de trabalho bem estruturado.

No momento, a equipe técnica do PTS está recebendo novas retificações, para assim, avançar com o processo de regularização ambiental. Presentemente, com a participação do município de Novo Repartimento no novo edital de chamamento (Edital - Semas nº 01 de 16 de maio de 2024) do Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a equipe da Emater está sendo preparada para potencializar as ações de extensão rural no território.

Em 2024 foram realizadas 70 Inscrições de propriedades no PTS; 65 notificações e 02 Validações.

A SEDAP atende ou pretende atender aproximadamente 400 famílias nesse território; contudo, o Município de Tucuruí ficou prejudicado por falta de recursos. Ainda nesse território o Ideflor-Bio possui forte atuação, em especial nos municípios de Goianésia do Pará, através da ampliação de viveiro de mudas de açaí e cacau, com a perspectiva de fomentar a recuperação de cerca de 10 hectares de áreas alteradas por meio do cultivo de SAF's, beneficiando cerca de 35 famílias, e também no município de Breu Branco com a entrega de 20 mil sementes de açaí, em parceria com a prefeitura municipal, com a perspectiva de fomentar a recuperação de 10 hectares de áreas alteradas;

- **Mudas em produção no viveiro localizados na área da Secretaria Municipal de Agricultura**



Figura 38

• Frutos e mudas de cacau em produção no viveiro



Figura 39

Quadro 23: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS Lago do Tucuruí (Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Novo Repartimento	Tucuruí	Breu Branco	Goianésia do Pará	Pacajá	Totais
<b>Convênio</b>	<b>Devolvido</b>	<b>Liberado</b>	<b>Liberado</b>	<b>Liberado</b>	<b>Liberado</b>	<b>04</b>
Emater	00	00	00	00	00	00
Secretaria de Agricultura/SEMAM	00	00	00	00	00	00
SEMPRO	31	00	00	00	00	31
<b>Inscrições Totais</b>	<b>31</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>31</b>
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	<b>1391</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1391</b>
<b>CAR Notificado</b>	<b>16</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>16</b>
<b>CAR Renotificado</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>03</b>
<b>CAR Validado</b>	<b>07</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>07</b>
<b>Diagnóstico</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Plano de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

Fonte: SEMAS, 2023

• Território de Integração TS Tocantins

O PTS adaptou um fluxo metodológico para os municípios que já receberam o recurso - de acordo com a situação dos mesmos -, que foi aplicado no ano de 2023. O fluxo contou com capacitações em atendimento às Notificações já realizadas pelo corpo técnico do PTS, onde foram levados os cadastros (CAR) notificados, para serem retificados no momento da ação nos municípios, além de material de apoio (tutorial de retificação) para dar suporte à ATER.

No momento, a equipe técnica do PTS está recebendo novas retificações, Presentemente, com a participação do município de Marabá no novo edital de chamamento (Edital - Semas nº 01 de 16 de maio de 2024) do Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a equipe da Emater está sendo preparada para potencializar as ações de extensão rural no território.

Em 2024 foram realizadas 180 inscrições de propriedades no PTS; 139 notificações e 10 Validações.

Sendo a EMATER responsável por 107 inscrições no CAR; a SEDAP por atender cerca de 600 famílias e o Banpará concedendo aproximadamente R\$9.309.061,21 de crédito rural e uma atuação significativa da ADEPARÁ em 9 municípios.

Vale ressaltar que os municípios de Brejo Grande, Itupiranga, Marabá, e Palestina do Pará não foram contemplados pela SEDAP por falta de recursos - com exceção de inscrições realizadas de imóveis rurais assistidos pelos Escritórios Verdes/ JBS.

Ressalta-se ainda que o IDEFLOR atua nos municípios de São João do Araguaia; São Domingos do Araguaia; São Geraldo do Araguaia e Piçarra, com entrega de sementes e mudas de açaí, cacau e essências florestais diversas. Tais entregas geram a perspectiva de recuperação de cerca de 210 hectares de áreas alteradas.

Quadro 24: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território de Integração TS Tocantins (Agrotag)

Procedimentos Técnicos Agrotag	Brejo G. do Araguaia	Itupiranga	Jacupiranga	Marabá	Nova Ipixuma	Palestina do Pará	Piçarra	S. Domingos do Araguaia	S. Geraldo do Araguaia	S. João do Araguaia	Totais
Convênio	Não	Não	Liberado	Não	Liberado	Não	Liberado	Liberado	Liberado	Liberado	06
Emater	00	00	00	04	66	00	01	00	16	08	95
Secretaria de Agricultura/ SEMUDE	00	00	12	00	19	00	97	23	42	27	220
Escritórios Verdes	00	06	00	02	00	00	00	00	00	00	08
Inscrições Totais	00	06	12	06	85	00	98	23	58	35	323
Hectares Inscritos (Ha)	00	00	00	1200,06	404	00	2675	509	2247	342	18183
CAR Notificado	00	00	02	06	07	00	43	10	35	11	114
CAR Renotificado	00	00	00	03	00	00	00	00	00	00	03
CAR Validado	00	00	00	07	00	00	00	01	00	00	08
Diagnóstico	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00	02
Plano de Desenvolvimento Sustentável	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00	02

Fonte: SEMAS, 2023

• 4.2.5.7 Território de Integração TS Transamazônica

O Território de Integração TS Transamazônica, ainda está em sua fase inicial, a primeira atuação do TS, envolvendo o Território de integração TS Transamazônica (todos os municípios), se deu a partir da Capacitação no Aplicativo AgroTag Pará - porta de entrada para o Programa TS - de 26 a 30 de junho de 2023.

Os técnicos da Emater, secretarias municipais (meio ambiente e agricultura) já estão fazendo as inscrições dos(as) produtores(as) rurais, por esse motivo, a SEMAS realizou um ciclo de

capacitações junto aos técnicos das Secretarias Municipais dos escritórios locais da Emater em atendimento de notificações do SICAR, instruções sobre retificação do CAR no âmbito do Programa Territórios Sustentáveis, Processo de Adesão ao PRA e análise offline no software Quantum Gis. A capacitação ocorreu no período de 08 a 11/07 de 2024 na cidade de Altamira, PA.

No ano de 2024 foram realizadas 19 Inscrições de propriedades no PTS; 14 notificações e 03 Validações.

A SEDAP possui atuação forte nos municípios desse Território, atendendo aproximadamente 800 famílias em 8 municípios, assim como o Banpará, enquanto o Ideflor tem atuado em capacitação de técnicos e agricultores sobre Sistemas Agroflorestais em Altamira e Brasil Novo, além de apoiar os municípios de Anapu, Medicilândia e Porto de Moz na produção de mudas, com a perspectiva de recuperação de cerca de 180 hectares de áreas alteradas nesse território.

• Curso de SAF's em Altamira



Figura 40

Quadro 25: Dados de Procedimentos Técnicos do Território de Integração TS Transamazônica(Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Altamira	Anapu	Brasil Novo	Medicilândia	Senador José Porfírio	Uruará	Vitória do Xingu	Placas	Totais
<b>Convênio</b>	Não	Liberado	Liberado	Liberado	Liberado	Liberado	Não	Liberado	06
<b>Emater</b>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>Secretaria de Agricultura/SEMAM</b>	00	00	34	00	00	00	00	01	35
<b>Escritórios Verdes</b>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>Inscrições Totais</b>	00	00	34	00	00	00	00	01	35
<b>Hectares Inscritos (Ha)</b>	00	00	76	00	00	00	00	10	86
<b>CAR Notificado</b>	00	00	01	00	00	00	00	01	02
<b>CAR Renotificado</b>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>CAR Validado</b>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>Diagnóstico</b>	00	00	01	00	00	00	00	01	02
<b>Piano de Desenvolvimento Sustentável</b>	00	00	01	00	00	00	00	01	02

Fonte: SEMAS, 2023

• **Território De Integração Ts Guajará**

O Território de Integração TS Guajará, ainda está em sua fase inicial, a primeira atuação do TS, envolvendo o Território de integração, se deu a partir da Capacitação no Aplicativo AgroTag Pará - porta de entrada para o Programa TS - 29 de agosto de 2023 / 18 de outubro de 2023.

Os técnicos da Emater, secretarias municipais já estão fazendo as inscrições dos(as) produtores(as) rurais, por isso, expectativa é que a Equipe Técnica do PTS realize o primeiro ciclo de capacitações voltada para introdução ao Qgis, qgis aplicado à análise de CAR, atendimento à notificação do SICAR/PA, para a ATER no primeiro semestre de 2025, objetivando aumentar o fluxo de inscrições de produtores que compõem esse território.

No ano de 2024 foram realizadas 33 Inscrições de propriedades no PTS e 15 notificações.

Quadro 26: Dados De Procedimentos Técnicos Do Território De Integração TS Guajará (Agrotag).

Procedimentos Técnicos Agrotag	Belém	Ananindeua	Totais
Convênio	Liberado	Liberado	02
SEMUPA	00	01	01
SECON	91	00	91
COOPAM	36	00	36
Inscrições Totais	127	01	128
Hectares Inscritos (Ha)	96	00	96
CAR Notificado	03	00	03
CAR Renotificado	00	00	00
CAR Validado	00	00	00
Diagnóstico	00	00	00
Plano de Desenvolvimento Sustentável	00	00	00

Fonte: SEMAS, 2023

• **4.2.5.9 Território de Integração TS Marajó**

O Território de Integração TS Marajó, está em sua fase inicial de implementação através de recurso aportado pelo FAO, onde o FUNBIO é a entidade executora por meio do "Projeto conservação e produção sustentável em novas áreas protegidas no Pará: o caso dos territórios quilombolas", a implementação do TS-Marajó, o qual contemplará como região de atuação os municípios de Breves, Melgaço e Portel.

O projeto possui prazo de execução de até 3 anos e tem como principal objetivo a criação de pelo menos 200.000 hectares, por meio da designação formal, de territórios quilombolas e/ou reservas de uso sustentável e o desenvolvimento de instrumentos de planejamento territorial e apoio técnico e financeiro para atividades produtivas sustentáveis. além de, contar com o recurso de aproximadamente 3,8 milhões, disponibilizados pela Gordon and Betty Moore Foundation.

O Projeto dispõe de recursos para ações de regularização ambiental, fundiária e assistência técnica produtiva. PaAra o componente relacionado ao TS Marajó, a SEMAS contará com apoio de Assistência técnica, especializada para a realização de elaboração/retificação de cadastro ambiental rural, elaboração de planos de recuperação de áreas alteradas, com adesão ao Programa de regularização ambiental do Pará, além de elaboração de projetos de crédito rural.

Considerando que os recursos disponíveis para essas ações de regularização ambiental e fundiária contemplam apenas o município de Portel, que sofre grande pressão de desmatamento; as secretarias de meio ambiente e agricultura, bem como a empresa de assistência técnica e extensão rural - EMATER, SEDAP e demais instituições executoras do Programa, estão trabalhando para o atendimento às famílias beneficiadas de forma que o Projeto traga um impacto no território dos 03 municípios, ora com recursos do Projeto, ora com ações do Programa TS.

Atualmente, a equipe técnica do PTS está recebendo novas inscrições via Plataforma TS e Aplicativo Agrotag, para assim, avançar com o processo de regularização ambiental.

#### 4.2.6 Promoção da Bioeconomia

Considerando que o produto desta ação é “Projeto Realizado”, entende-se que as entregas referentes à realização de eventos regionais, benchmarking e marketplace de produtos da Bioeconomia compõem a execução física da Promoção da Bioeconomia, realizada durante 2024 conforme Quadro 27.

Quadro 27: Execução Física das ações do PPA realizadas pela GEBIO

AÇÃO	PRODUTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	REAL
Promoção da Bioeconomia	Projeto Realizado	1	0	0	0	1	5	1	1	0	2	5	16
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS												
Baixo Amazonas	Belterra						1						1
Baixo Amazonas	Monte Alegre*						2						2
Guajará	Belém	1				1	1		1		1	1	6
Guajará	Benevides							1					1
Guamá	Santa Maria do Pará										1		1
Guamá	Santo Antônio do Tauá						1						1
Rio Caeté	Bragança											3	3
Rio Caeté	Augusto Corrêa											1	1

\*Realização de Marketplace em Monte Alegre. A previsão inicial era a realização em Oriximiná, no entanto, após manifestação da comunidade, o evento foi realizado em Monte Alegre.

Durante o ano de 2024, a equipe da Gerência de Bioeconomia, atuou com as seguintes frentes na promoção da bioeconomia: realização de reuniões informativas, realização de benchmark e marketplace (feira da bioeconomia) em diversas regiões do Pará. Tais ações são fruto do planejamento oriundo do PPA 2024-2027 e cabe ressaltar que essas ações também fazem parte do desempenho de atividades da SEMAS no âmbito da estruturação do Plano de Bioeconomia do Pará.

No decorrer do ano, foram realizados 07 (sete) marketplaces da bioeconomia, 03 reuniões informativas e 06 benchmarks. No quadro 28 pode-se verificar o quantitativo de bioprodutores atendidos pelos eventos promovidos pela SEMAS, bem como o nome dos eventos realizados.

Quadro 28: Total de bioprodutores atendidos por marketplace da bioeconomia, em 2024.

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	BIOPRODUTORES
Semana do Meio Ambiente	Belém-PA	06/2024	11
Reunião Informativa de Monte Alegre	Monte Alegre- PA	06/2024	3
Bioeconomy Amazon Summit	Belém - PA	08/2024	20
Feira Internacional de Turismo da Amazônia	Santarém - PA	08/2024	10
Reunião Informativa de Bragança	Bragança- PA	11/2024	7
Reunião Informativa de Santa Maria do Pará	Santa Maria do Pará - PA	11/2024	7
IV Colóquio de Governança Pública	Belém - PA	11/2024	5
<b>TOTAL</b>			<b>56</b>

A realização dos marketplace como a Feira da Bioeconomia, pela Gerência de Bioeconomia da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade) - ver Figura 1 -, promove a integração entre os diversos atores do setor, estimulando a troca de conhecimentos e o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, sendo uma estratégia essencial para a promoção da bioeconomia. Ao proporcionar a realização dessas atividades, possibilita-se a contribuição para a promoção de soluções baseadas na natureza, impulsionando a economia verde e a sustentabilidade no estado.

- Marketplace da bioeconomia realizado pela SEMAS. À esquerda, feira da Bioeconomia realizada em Bragança e à direita, em Monte Alegre.



Figura 41

No que tange a realização de reuniões informativas, os dados podem ser verificados na Tabela 4. Foram 03 (três) eventos realizados, com um público total de 117 pessoas contempladas. As reuniões informativas, foram realizadas em 3 regiões de integração do Estado, sendo realizadas com o apoio de instituições parceiras. O objetivo central dessa atividade é promover a bioeconomia, a partir da apresentação do Planbio, das políticas de desenvolvimento de baixo carbono da semas e também cabe destacar também que nessa reunião, os agentes da bioeconomia podem expor suas percepções e colaborações, no que tange a estruturação da política.

Cabe destacar ainda, que as reuniões incluíram a presença da sociedade geral, como representantes do governo, empresas, universidades, instituições financeiras e comunidades locais para discutir as diretrizes do plano, que visa fortalecer o uso sustentável dos recursos naturais do estado, promovendo a bioeconomia como um motor de crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. A exemplo, destaca-se a reunião informativa de Monte Alegre, conforme pode ser observado na Figura 43.

Quadro 29: Público total das reuniões informativas realizadas pela SEMAS.

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	PÚBLICO
Reunião Informativa de Monte Alegre	Monte Alegre- PA	06/2024	32
Reunião Informativa de Santa Maria do Pará	Santa Maria do Pará	10/2024	35
Reunião Informativa de Bragança	Bragança - PA	11/2024	50
<b>TOTAL</b>			<b>117</b>

- Registro fotográfico da Reunião Informativa de Monte Alegre



Figura 42

As reuniões informativas, promovidas ao longo do ano, foram fundamentais para esclarecer os avanços, desafios e oportunidades do plano de bioeconomia, proporcionando um espaço para o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas no setor. Já a realização dos marketplace proporcionou um ambiente de soluções sustentáveis e a troca de experiências entre bioprodutores. Essas atividades, no arcabouço da promoção da bioeconomia, demonstraram o comprometimento com o fortalecimento do PlanBio, incentivando a colaboração e o fomento de novos negócios que contribuirão para a construção de uma economia mais verde e inovadora.

Em relação ao benchmark para promoção da bioeconomia, foram realizadas 06 (seis) imersões técnicas em várias regiões do Pará e em Manaus (Quadro 30), realizada em espaços com expertise e experiências consideradas exitosas na área de bioeconomia.

Quadro 30: Benchmarks realizados pela Gerência de Bioeconomia da SEMAS

LOCAL	CIDADE	PERÍODO	VINCULAÇÃO PPA
Centro de Bionegócios da Amazônia - CBA	Manaus - AM	04/2024	Promoção a Bioeconomia
Museu de Ciências da Amazônia - MUCA	Belterra - PA	06/2024	Promoção a Bioeconomia
Filhas do Combu - Na Ilha do Combu	Belém-PA	09/2024	Promoção a Bioeconomia
Associação dos Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda (AGROMAR)	Augusto Corrêa - PA	11/2024	Promoção a Bioeconomia
Unidade de Beneficiamento da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Comunidade de Campo Limpo (APROCAMP)	Santo Antônio do Tauá - PA	07/2024	Promoção a Bioeconomia
Produção Artesanal de Farinha - Comunidade do Laranjal	Bragança - PA	11/2024	Promoção a Bioeconomia
<b>TOTAL DE BENCHMARK REALIZADOS</b>			<b>6</b>

Em síntese, as imersões técnicas realizadas desempenharam um papel crucial na coleta de informações e no compartilhamento de experiências bem-sucedidas, fortalecendo a construção do conhecimento necessário para a implementação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia. Este projeto, alinhado ao Plano de Bioeconomia do Pará, reflete o compromisso do Governo Estadual em promover uma transição eficaz para um modelo econômico mais sustentável e com menor emissão de carbono. A continuidade dessas ações será fundamental para consolidar a bioeconomia como um pilar de desenvolvimento regional, capaz de impulsionar a inovação e o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

Além dos Benchmarks, foram realizadas 15 reuniões com os executores do PLANBIO para acompanhamento das ações previstas no plano, bem como para sanar dúvidas em relação à execução e preenchimento de dados relativos às ações correspondentes a cada órgão responsável.

Ainda no contexto do Plano, foram realizadas várias iniciativas como: elaboração de Manual de arquitetura e governança de dados, que estabelece a estrutura de coleta, armazenamento e processamento dos dados, assim como os domínios e responsáveis por cada fase desta arquitetura, que alimentará a Plataforma final; Mapeamento de stakeholders e jornadas; manual de rotinas e processos de gestão de dados; desenvolvimento de Plataforma final (Dashboard) para monitoramento e transparência do PlanBio considerando as novas ações,

ou seja, o total 114 (pós revisitação do PlanBio) e realização de palestras de sensibilização com públicos internos com o objetivo de engajamento para a execução de coleta e perenidade do projeto.

- Plataforma de Monitoramento e Transparência das ações do PlanBio.

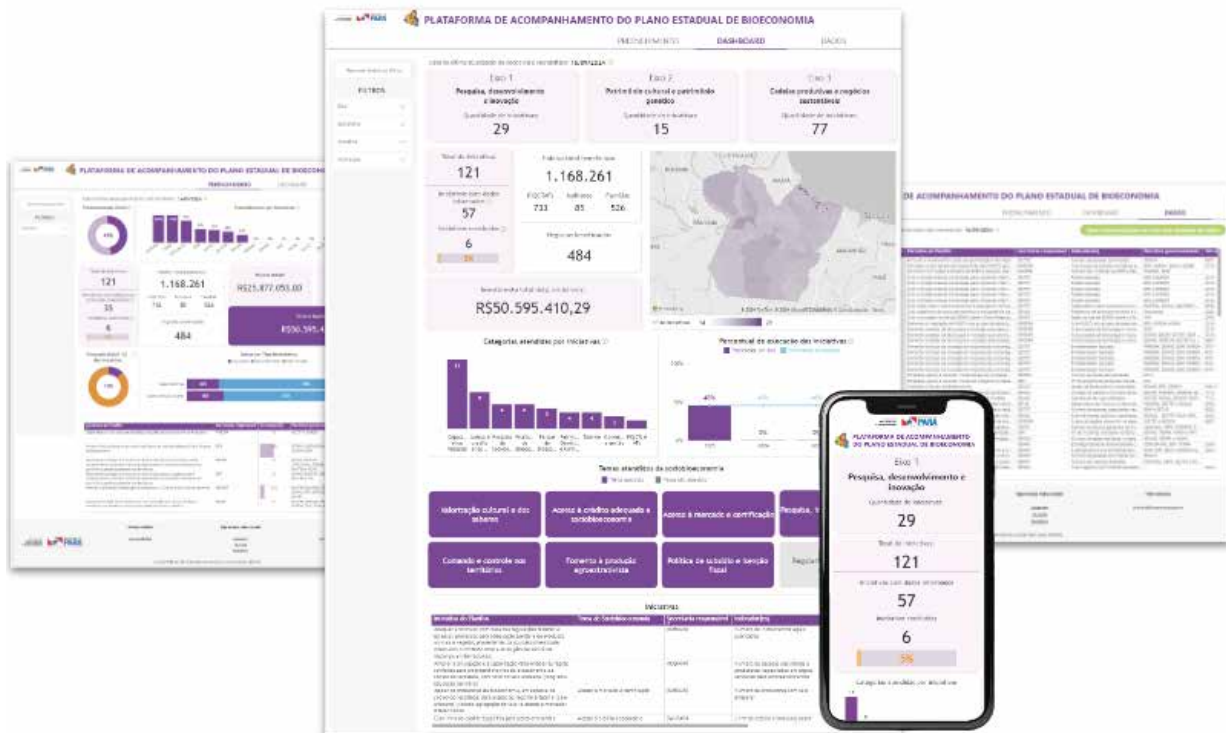


Figura 22

- Painel principal da Plataforma, considera as 114 ações.

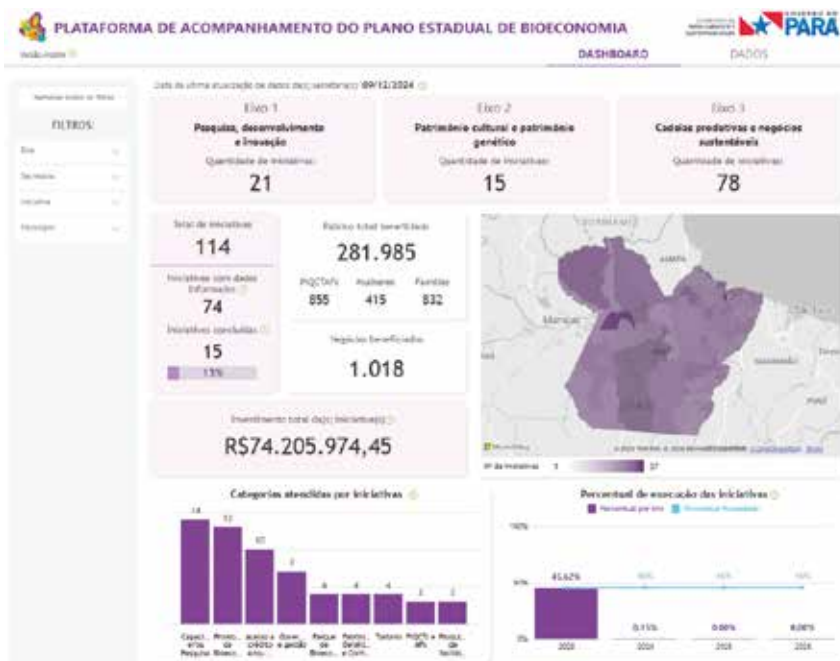


Figura 23

#### 4.2.7 Rastreabilidade e Recondução Comercial Agropecuária

O Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses, posteriormente renomeado para Programa Pecuária Sustentável do Pará, foi instituído pelo Decreto nº 3.533/2023 e objetiva promover a rastreabilidade individual do rebanho bovino no estado até 2026, contribuindo para a sustentabilidade e integridade da pecuária paraense. A SEMAS atua em estreita parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ) na coordenação da construção do Programa e é responsável pelo eixo de integridade do programa, que envolve ações cruciais como a regularização ambiental, a recondução comercial de produtores com passivos ambientais, e a recuperação de áreas degradadas. O programa prevê um mecanismo de requalificação comercial, já em operação, que beneficia pecuaristas com áreas desmatadas ilegalmente, facilitando a regularização dessas propriedades e permitindo seu retorno mais rápido ao mercado formal, em conformidade com as exigências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne, de 2009. Essas ações são fundamentais para promover a sustentabilidade e a conformidade das atividades pecuárias no Pará.

Além disso, o programa visa promover a integridade e o desenvolvimento da cadeia produtiva por meio de ações como a capacitação técnica, a inserção de novas tecnologias, e a implementação de estratégias de manejo sustentável do pasto e do gado.

O Decreto também criou o Conselho Gestor do Programa, denominado COGES PECUÁRIA, composto por representantes de diversas entidades governamentais e da sociedade civil, e tem a responsabilidade de gerenciar estrategicamente o programa, assegurando a sua implementação e o cumprimento dos objetivos estabelecidos, que durante o ano de 2024 já se reuniu nove vezes para: estabelecer diretrizes estratégicas; apresentar os resultados dos estudos realizados e discutir propostas para o avanço do programa, garantindo que as ações sejam sempre alinhadas com os objetivos estabelecidos.

- Reunião COGES - Pecuária.



Figura 44

Além de organizar e coordenar as reuniões do Conselho Gestor da Pecuária Paraense, a SEMAS desempenhou um papel crucial na produção de documentos essenciais para a continuidade do programa, tais como: Portaria de nomeação dos membros que compõem o Conselho Gestor e outros órgãos relacionados; Minuta do Regimento Interno do COGES Pecuária; Edital de Formação do Conselho Consultivo. Além disso, a SEMAS também formou e planejou reuniões do grupo de trabalho e posteriormente Câmara Técnica dedicada ao eixo de Integridade. Até a presente data, foram realizadas seis reuniões, que resultaram no detalhamento do plano de ação do Eixo de Integridade e na definição de critérios para priorização dos territórios estaduais. Foi elaborado também, um diagnóstico do mapa estadual que destaca os municípios com maior rebanho, maiores taxas de desmatamento relacionadas à pecuária e a localização das grandes plantas frigoríficas. Esse diagnóstico permitiu dividir o estado em regiões de atuação do programa.

O planejamento incluiu o desenvolvimento da primeira Ação Integrada do Programa Pecuária Sustentável do Pará em parceria com a ADEPARÁ e SEAF, realizada em Novo Repartimento e no Projeto de Assentamento Tuerê, sudeste do estado do Pará. Este programa contou com ações do governo, iniciativas privadas e entidades do terceiro setor e objetivou o desenvolvimento de uma modelagem dos futuros programas de atuação estratégica que serão implementados em todo o território paraense, com o intuito de atingir os objetivos do programa. Na ocasião ocorreu capacitação teórica de operadores da rastreabilidade, capacitação prática de brincagem de animais em três fazendas (Sítio Primavera, Sítio JE e Sítio Rancho da Pedra) e mutirão de consultas de regularização ambiental com servidores da SEMAS/PA.

- Capacitação de OPR e identificação individual realizada em Novo Repartimento.



Figura 45

## 5. OUTRAS AÇÕES TRANSVERSAIS PARA A GESTÃO DE MEIO AMBIENTE

### 5.1 Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema:

Em 2024, esta Secretaria-Executiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) desempenhou um papel essencial para o meio ambiente, direta e indiretamente, alinhando-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Promoveu os debates essenciais para aprovações de licenças de operação de empresas interessadas em projetos importantes para o estado, sendo alinhados às perspectivas governamentais no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Também coordenou debates de assuntos diversos, no Conselho e em 5 (cinco) de suas câmaras permanentes e temporárias, que trabalharam com ênfase em cada tipo de matéria, para que assim pudessem embasar as decisões do Conselho por meio de pareceres.

O COEMA se alinha aos ODS e neste ano destacaram-se: Primeiro, alinhado à ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ocorreu vários encontros da câmara técnica temática de ICMS Verde para debater sobre mudanças nos critérios de repasse do ICMS-Verde aos municípios. Estas mudanças implicarão no incentivo e na melhoria da gestão para melhores contribuições ao meio-ambiente. Com respaldo nas audiências públicas apoiadas pela Semas, por meio da Diretoria de Licenciamento Ambiental, o Conselho toma suas decisões baseadas nos impactos sociais, compartilhados também pela sociedade que vive em torno dos projetos apresentados, fomentando assim a participação social (ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes), garantindo transparência e inclusão nas tomadas de decisão. Além disso, fortalece o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação) ao engajar múltiplos setores do governo nos debates.

### 5.2 Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA)

O Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA) foi criado pela lei 9.575 de 11 de maio de 2022, sendo um dos órgãos de julgamento de processos administrativos infracionais. É o setor na SEMAS responsável pelo julgamento em grau de recurso administrativo, em segunda e última instância. Logo, os processos administrativos ambientais que antes tramitavam no Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), passaram a tramitar no TRA.

Para tanto, compete ao TRA a análise e julgamento de recursos administrativos interpostos contra decisão de primeira instância e, quando houver necessidade, julgará os pedidos de conversão de multa simples e de conciliação ambiental. As reuniões do TRA são abertas ao público em geral e os interessados podem requerer sustentação oral nos processos em pauta de julgamento. Além da Presidência e do Pleno, a composição da estrutura do TRA é feita pela Secretaria Geral e pela Câmara Técnica Ambiental Especializada. Esta Câmara é responsável por emitir o parecer circunstanciado ambiental que irá subsidiar as decisões dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais.

Em 2024 ocorreram 5 reuniões ordinárias, 6 reuniões extraordinárias, reuniões de Câmaras Técnicas Permanentes do Tribunal totalizaram 11, e publicações oficiais de Chamamento, Extrato Ementário e Acórdão somaram 23. Além disso, ocorreram diversas pautas de julgamento como consta abaixo:

### 5.3 Ações de Conciliação Ambiental (Nucam)

A SEMAS através do Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM) desempenhou um papel essencial na gestão e resolução de processos administrativos infracionais durante o ano de 2024. Ao longo do período de 2024 foram registrados R\$ 12.569.066,00 (doze milhões quinhentos e sessenta e nove mil e sessenta e seis reais) em acordos firmados, dentre pagamentos à vista, parcelado e conversão de multa.

Anualmente, o NUCAM realiza mutirões nos NUREs com o intuito de facilitar que o autuado tenha acesso às propostas da conciliação, considerando a limitação tecnológica de muitas localidades do estado, e gerando oportunidade de concluir os processos administrativos infracionais a partir do pagamento da multa simples. No ano de 2024, o NUCAM realizou 624 audiências frutíferas, sendo que os termos de adesão à conciliação foram de pagamento à vista, parcelamentos e Conversão de Multa, sendo essa última, a opção que melhor representa o perfil dos interessados na Conciliação no ano de 2024.

### 5.4 Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno, é um setor em nível de assessoramento superior responsável por orientar e fiscalizar atos de gestão a fim de garantir a eficiência e eficácia do funcionamento dos controles contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, conforme o Regimento Interno desta SEMAS. Há ainda, o dever de auxiliar o órgão componente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual (CGE) e apoiar a atuação dos Órgãos de Controles Externos (TCE, TCU), assegurando a transparência e a viabilização do controle social na prestação das contas públicas, bem como, diligenciar as unidades quanto a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado.

No exercício de 2024, a SEMAS através do Núcleo de Controle Interno (NCI), concentrou-se em análises processuais para garantir a avaliação e análise das conformidades e legalidade dos atos administrativos. Principais realizações incluíram avaliação de licitações, aditivos contratuais, convênios, termos de cooperação e concessões de suprimentos de fundos e diárias, registro diário de conformidades das despesas/pagamentos do exercício no SIAFE. Foram conduzidas análises pré/pós-concessão de suprimentos de fundos, verificação de despesas de exercícios anteriores, conformidade na folha de pagamento, e emissão de parecer para transferência de recursos a organizações da sociedade civil. O Núcleo emitiu relatórios anuais conforme a Resolução TCE N° 18.975/2017.

### 5.5 Corregedoria

A Corregedoria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) participou ativamente dos eventos promovidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2024, bem como realizou a análise preliminar de notícias de irregularidades funcionais, e assim, com base em análises minuciosas, 20 decisões foram tomadas de forma fundamentada. Houve ainda, a instauração e conclusão de PAD's e sindicâncias. A Corregedoria, ainda em 2024, buscou o estabelecimento de diretrizes abrangentes para elevar os padrões de governança e confiabilidade na SEMAS, através da Divulgação de Cartilha sobre Boas Práticas. Além disso, a Corregedoria/SEMAS realizou no decorrer do ano, vistorias, inspeções e visitas nos Núcleos Regionais (NURE) da SEMAS/PA.

### 5.6 Consultoria Jurídica - Conjur

A Consultoria Jurídica - CONJUR da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) é um setor consultivo que está ligado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado de Meio Ambiente e tecnicamente subordinado à Procuradoria-Geral do Estado - PGE. Incumbe à CONJUR toda a demanda de ordem jurídica com o qual a Secretaria esteja envolvida, e compete, entre outras atribuições eventuais, assessorar o titular da SEMAS em assuntos de natureza jurídica; auxiliar a PGE, na defesa dos interesses da SEMAS, ativa ou passivamente, nos termos do ordenamento jurídico vigente; cumprir e fazer cumprir, no âmbito da SEMAS, as orientações do Procurador-Geral do Estado; propor minutas de normas de procedimentos para o desenvolvimento das atividades da CONJUR; a análise de processos de infração ambiental, licenciamento ambiental, manejo florestal e administrativo, além das demandas externas atinentes a procedimentos de ordem judicial.

A CONJUR desempenhou papel fundamental no desenvolvimento e implementação do fluxo de análise dos processos administrativos infracionais, instituído por meio da Portaria nº 1342, de 18 de junho de 2024. Houve também a colaboração da Consultoria Jurídica na definição dos trâmites e documentos necessários ao efetivo funcionamento do que foi estabelecido pela Portaria nº 1515/2024 (este normativo instituiu novos fluxos processuais e procedimentos específicos para a análise e o arquivamento de processos administrativos infracionais no âmbito da SEMAS).

Há ainda, o destaque para os avanços na aplicação da notificação por edital em processos administrativos infracionais e na identificação de prescrição nos mesmos. Cabe ressaltar que a CONJUR abrange o jurídico dos Núcleos Regionais desta SEMAS, tendo promovido ao longo do ano diversas reuniões em formato híbrido com os advogados das NURES para discutir e esclarecer dúvidas recorrentes que surgem nas análises dos processos e padronizar procedimentos.

#### 5.7 Gestão Socioeconômica de Projetos e de Políticas Públicas (Dgsocio)

A Diretoria de Gestão Socioeconômica-DGSOCIO, possui a competência de Planejar, coordenar, executar e orientar ações de gestão socioeconômica no Estado do Pará, com vistas a assegurar que os planos, programas e projetos, no âmbito do licenciamento ambiental e demais atos, estejam em consonância com as diretrizes e objetivos da Política Estadual de Socioeconomia.

No decorrer de 2024, a DGSocio acompanhou as ações inerentes a gênero e raça, em consonância com a ODS nº 05: Igualdade de Gênero - da Agenda 2030, com a PEMC e com o PEAA. Bem como, participou ativamente, no âmbito da governança, das discussões da "Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas" do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas (FPMAC) e da "Câmara Técnica de Mulheres - Grupo de Trabalho Autonomia Socioeconômica" da Secretaria Estadual de Mulheres do Estado do Pará (SEMU). Assim como, participou do "Projeto Direitos Humanos das Mulheres Indígenas e Quilombolas: uma questão de governança", da ONU Mulheres, que teve como objetivo central viabilizar a inclusão e participação de mulheres indígenas e quilombolas nos processos de formulação de políticas públicas.

A DGSocio Participou ativamente de diversos eventos de interesse da SEMAS, como, o I Evento Gestão Socioambiental e Mudanças Climáticas das Terras Indígenas do Pará; a Reunião ordinária da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAE/PA); Palestra sobre Trabalho Escravo, dentro do ciclo de eventos da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo; Seminário "Finanças Sustentáveis na Amazônia: Desafios e Oportunidades para o G20 e COP 30", Além de reuniões informativas e participativas sobre o Sistema Jurisdicional de Redd+ e Planbio.

## 5.8 Gestão De Planejamento Estratégico E De Projetos Corporativos

A SEMAS por meio da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC) promove a articulação intra e interinstitucional nos diferentes níveis, bem como por ser o braço de cooperação técnica e financeira da Secretaria com parceiros nacionais e internacionais em prol do atingimento das metas previstas na Política (PEMC) e PEAA. Os procedimentos e a adequação da estrutura organizacional, bem como o auxílio nas tratativas com as entidades públicas ou privadas para assinatura de convênios, termos e acordos de cooperação técnica, necessários à execução de programas, projetos e atividades da Secretaria são desempenhados através da DPC.

Nesse contexto, durante o ano de 2024, foram formalizados 8 Acordos de Cooperação Técnica entre a SEMAS e instituições públicas e do terceiro setor, com vistas construir parcerias estratégicas para realizar estudos, atuar em conjunto em prol da sociedade e alavancar o cumprimento das metas estabelecidas nas políticas públicas. Através de acordos como esses é possível acompanhar a execução de projetos que envolvem recursos externos como é o caso dos Projetos Realiza Pará e KFW CAR que no ano de 2024 iniciaram sua execução plena das ações previstas.

E ainda em 2024, houve a homologação da licitação para construção do CIMAD de Santarém, através do Projeto KFW Estruturante, com recurso do Banco Alemão KFW.

Ainda em relação aos projetos, a DPC acompanha as ações executadas pelo Fundo da Amazônia Oriental (FAO) e a estruturação de 2 grandes projetos que serão executados em parceria com outros órgãos do Governo através de Operação de Crédito, a saber: Descarboniza Pará e Avança Pará.

Para melhorar a gestão de projetos, a DPC passou a utilizar a ferramenta Power BI, ferramenta para otimização no gerenciamento de dados, que permite a criação de relatórios, troca de informações e até análise de quantidades maciças de dados, com a vantagem de sincronização com uma série de fontes. Atualmente busca-se condensar dados dos diversos projetos acompanhados pela diretoria.

## 5.9 Assessoria De Comunicação

Em 2024, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) na SEMAS desempenhou um papel de destaque na gestão da imagem institucional, priorizando a democratização e o acesso à informação para a população do Estado do Pará, fortalecendo sua presença na imprensa, obtendo destaque em veículos como, Oliberal, Diário On-line, Diário do Pará, Terra, CNN Brasil, e G1. Essa presença expressiva contribuiu para ampliar a visibilidade das ações e iniciativas do Governo do Pará na gestão ambiental do Estado.

- Publicação de matérias em jornais de grande circulação.



Figura 46

Além disso, a ASCOM teve papel importante na cobertura e apoio a eventos estratégicos, destacando-se o Fórum Econômico Mundial Davos, Visita da delegação do Reino Unido, entrega da Semas Bosque, cobertura da Varanda Amazônica e COP 30 Day', em Baku. Bem como diversos outros eventos com o objetivo de gerar transparência das informações e fortalecer a imagem institucional da SEMAS.

- Visita da Delegação do Reino Unido



Figura 47

- Cobertura de Participação no Fórum Econômico Mundial em Davos



Figura 48

- Participação na COP 29, em Baku.



Figura 49

- Participação na COP da Biodiversidade na Colômbia



Figura 50

No âmbito da comunicação digital, a ASCOM/SEMAS registrou um aumento significativo em relação ao ano anterior. A produção de conteúdo foi robusta com a produção de textos, pautas e notas, o engajamento nas redes sociais pode ser demonstrado com os números abaixo:

Quadro 31: Resumo de publicação de conteúdos nas plataformas digitais

Rede Social	Publicações	Variação (%)	Seguidores/Inscritos
Instagram	457	+80%	49,4 mil
Facebook	203	+70%	36,1 mil
Twitter	250	-	2.515
Youtube	152	-	781

Houve também a criação de campanhas institucionais para o público externo, a exemplo de apresentações, produção de peças gráficas e digitais, criação e edição de vídeos para as redes sociais, entre outras produções.

SECRETARIA DE  
MEIO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE



GOVERNO DO  
**PARÁ**